

Diário da Assembléia

N.ºs. 2.475/2.476

CURITIBA, 8 e 9 DE JUNHO DE 1970

ANO IX

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

4.ª Sessão Legislativa da 6.ª Legislatura Constituição das Comissões Permanentes da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná LISTA DE PRESENÇA

FRANCISCO ESCORSIN
ARTHUR DE SOUZA
DAVID FEDERMANN
GABRIEL MANOEL
HAROLDO BIANCHI
OLÍVIO BELICH
LEOPOLDO JACOMEL
ABRAHÃO MIGUEL
AGNALDO PEREIRA LIMA
ALENCAR FURTADO
AMADEU PUPPI
ANTÔNIO LOPES JÚNIOR
ARMANDO QUEIROZ
ARNALDO BUSATO
EMÍLIO CARAZZAI
ERONDI SILVÉRIO
EURICO ROSAS
FABIANO BRAGA CORTES
FUAD NACLI
IGO LOSSO
IVO TOMAZONI
JOÃO MANSUR
JORGE SATO
LUIZ CRUZ
LUIZ MALUCCELLI
NELSON BUFFARA
OLAVO FERREIRA
OLIVIR GABARDO
OVIDIO FRANZONI
PAULO CAMARGO
PAULO POLI
PINTO DIAS
ROBERTO GALVANI
ROBERTO WYPYCH
SEME SCAFF
SILVIO BARROS
TÚLIO VARGAS
WILSON FORTES |

COMISSÃO EXECUTIVA

Presidente: Francisco Escorsin.
1.º Vice-Presidente: Arthur de Souza. 2.º Vice-Presidente: David Federmann. 1.º Secretário: Gabriel Manoel. 2.º Secretário: Haroldo Bianchi. 3.º Secretário: Olívio Belich. 4.º Secretário: Leopoldo Jacomel.

COMISSÕES TÉCNICAS

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PRESIDENTE: Emílio Carazzai (ARENA)
VICE-PRESIDENTE: Alencar Furtado (M.D.B.)
ARENA: Ivo Thomazoni — Arnaldo Busato — Paulo Poli — Abrahão Miguel — Paulo Camargo — Armando Queiroz — Luiz Renato Malucelli — Túlio Vargas
M.D.B.: Nelson Buffara

Suplentes:
ARENA: Antônio Lopes Júnior — Olavo Ferreira — João Mansur — Pinto Dias — Luiz Cruz — Wilson Fortes — Ovidio Franzoni — Roberto Galvani — Fabiano Braga Cortes — Amadeu Puppi
M.D.B.: Olivir Gabardo — Silvío Barros
Secretário: Maria Amália Cesar Cercal da Oliveira
Reuniões: Quartas-feiras

COMISSÃO DE FINANÇAS

PRESIDENTE: Roberto Galvani (ARENA)
VICE-PRESIDENTE: Silvío Barros (M.D.B.)
ARENA: Ovidio Franzoni — João Mansur — Paulo Poli — Roberto Wypych — Wilson Fortes

Suplentes:
ARENA: Antônio Lopes Júnior — Seme Scaff — Pinto Dias — Ivo Thomazoni — Luiz Cruz — Igo Lossó — Amadeu Puppi
M.D.B.: Alencar Furtado
Secretário: Lélcio Guimarães Soto-Maior
Reuniões: Quintas-feiras

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

PRESIDENTE: Paulo Poli (ARENA)
VICE-PRESIDENTE: Olivir Gabardo (M.D.B.)
ARENA: Abrahão Miguel — Seme Scaff — Aguinaldo Pereira Lima
Suplentes:
ARENA: Wilson Fortes — Luiz Cruz — Roberto Galvani — Ovidio Franzoni
M.D.B.: Silvío Barros
Secretário: José do Canto Filho
Reuniões: Condicionadas à matéria de sua competência

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

PRESIDENTE: Abrahão Miguel (ARENA)
VICE-PRESIDENTE: Silvío Barros (M.D.B.)
ARENA: Jorge Sato — Fuad Nacli — Roberto Galvani — Luiz Renato Malucelli — Roberto Wypych

Suplentes:

ARENA: Ovidio Franzoni — Aguinaldo Pereira Lima — Luiz Cruz — Pinto Dias — Antônio Lopes Júnior — João Mansur — Fabiano Braga Cortes

M.D.B.: Nelson Buffara

Secretário: Eley Silva Batista

Reuniões: Condicionadas à matéria de sua competência

COMISSÃO DE REDAÇÃO

PRESIDENTE: Ivo Thomazoni (ARENA)

VICE-PRESIDENTE: Silvío Barros (M.D.B.)

ARENA: Roberto Galvani — Olavo Ferreira — Aguinaldo Pereira Lima

Suplentes:

ARENA: Fabiano Braga Cortes — Igo Lossó — João Mansur — Ovidio Franzoni

M.D.B.: Olivir Gabardo

Secretário: Antônio Lacerda Braga Neto

Reuniões: Terças e Sextas-feiras

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PRESIDENTE: Olavo Ferreira (ARENA)

VICE-PRESIDENTE: Igo Lossó (ARENA)

ARENA: Fabiano Braga Cortes — Seme Scaff

M.D.B.: Alencar Furtado

Suplentes:

ARENA: Luiz Renato Malucelli — Jorge Sato — Túlio Vargas — Armando Queiroz — Fuad Nacli

M.D.B.: Olivir Gabardo

Secretário: Gilberto Felix da Silva

Reuniões: Terças-feiras

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

PRESIDENTE: Ovidio Franzoni (ARENA)

VICE-PRESIDENTE: Eurico Rosas (M.D.B.)

ARENA: Arnaldo Busato — Amadeu Puppi — Paulo Camargo

Suplentes:

ARENA: Emílio Carazzai — Igo Lossó — Seme Scaff — Fabiano Braga Cortes

M.D.B.: Olivir Gabardo

Secretário: Lóris Cordeiro de Barros

Reuniões: Segundas-feiras

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

PRESIDENTE: Igo Lossó (ARENA)

VICE-PRESIDENTE: Aguinaldo Pereira Lima (ARENA)

ARENA: Luiz Renato Malucelli — Fabiano Braga Cortes

M.D.B.: Nelson Buffara

Suplentes:

ARENA: Abrahão Miguel — Emílio Carazzai — Luiz Cruz — Wilson Fortes

M.D.B.: Eurico Rosas

Secretário: Ivo Gusso

Reuniões: Condicionadas à matéria de sua competência

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PRESIDENTE: Olavo Ferreira (ARENA)

VICE-PRESIDENTE: Alencar Furtado (M.D.B.)

ARENA: Igo Lossó — Luiz Cruz — Roberto Wypych

Suplentes:

ARENA: Luiz Renato Malucelli — Antônio Lopes Júnior — Abrahão Miguel — Seme Scaff — Amadeu Puppi

M.D.B.: Silvío Barros

Secretário: Ney Rodrigues

Reuniões: Quintas-feiras

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PRESIDENTE: Aguinaldo Pereira Lima (ARENA)

VICE-PRESIDENTE: Ivo Thomazoni (ARENA)

ARENA: Fabiano Braga Cortes

M.D.B.: Eurico Rosas

Suplentes:

ARENA: Igo Lossó — Olavo Ferreira — Luiz Renato Malucelli — Antônio Lopes Júnior

M.D.B.: Nelson Buffara

Secretário: Roberto Diniz Satyro

Reuniões: Terças-feiras

COMISSÃO DE POLÍCIA

PRESIDENTE: João Mansur (ARENA)

VICE-PRESIDENTE: Nelson Buffara (M.D.B.)

ARENA: Seme Scaff — Pinto Dias — Roberto Galvani

Suplentes:

ARENA: Luiz Cruz — Paulo Camargo — Luiz Renato Malucelli — Igo Lossó

M.D.B.: Eurico Rosas

Secretário: Carmen Aparecida Fregonese

Reuniões: Segundas-feiras

COMISSÃO DE TURISMO

PRESIDENTE: Luiz Renato Malucelli (ARENA)

VICE-PRESIDENTE: Seme Scaff (ARENA)

ARENA: Wilson Fortes — Pinto Dias

M.D.B.: Nelson Buffara

Suplentes:

ARENA: João Mansur — Luiz Cruz — Fabiano Braga Cortes — Arnaldo Busato — Olavo Ferreira

M.D.B.: Eurico Rosas

Secretário: Maria Stella M. A. Gurgel

Reuniões: Condicionadas à matéria de sua competência

4.ª Sessão Legislativa da 6.ª Legislatura

Ata da 65.ª Sessão Ordinária

Realizada em 8 de Junho de 1970

Presidência do sr. deputado Francisco Escorsin, secretariada pelos srs. deputados Abrahão Miguel e Seme Scaff.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes srs. deputados: Francisco Escorsin, Arthur de Souza, David Federmann, Olívio Belich, Leopoldo Jacomet, Agnaldo Pereira Lima, Alencar Furtado, Amadeu Puppi, Antônio Lopes Júnior Armando Queiroz, Abrahão Miguel, Arnaldo Busato, Emílio Carazzzi, Erondy Silvério, Eurico Rosas, Fabiano Braga Côrtes, Igo Losso, Ivo Tomazoni, João Mansur, Jorge Sato, Luiz Cruz, Nelson Buffara, Olvíir Gabardo, Ovídio Franzoni, Paulo Poli, Pinto Dias, Roberto Galvani, Seme Scaff, Silvio Barros e Wilson Fortes (30), achando-se ausentes os seguintes srs. deputados: Gabriel Manoel, Haroldo Bianchi, Fuad Nacli, Luiz Maiucelli, Paulo Camargo, Roberto Wypych, Túlio Vargas e Olavo Ferreira (8).

Verificada a existência de número legal, o sr. Presidente declara aberta a S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte E X P E D I E N T E:

OFÍCIOS:

Sob o n. 562-70, do senhor Júlio Werner Hackrad, secretário de Estado dos Negócios da Segurança Pública, no qual acusa o recebimento e agradece o requerimento formulado pelo senhor deputado Túlio Vargas. — Ao conhecimento do sr. Deputado interessado.

Sob o n. 225-70, do senhor Elgival Caiado, presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, no qual acusa o recebimento e agradece ofício expedido por esta Casa, quando da eleição da nova Mesa deste Poder, apresentando votos de feliz e profícua gestão aos eleitos. — Ao conhecimento da Casa.

Sob o n. 575-70, do senhor Júlio Werner Hackrad, secretário de Estado dos Negócios da Segurança Pública, no qual acusa o recebimento e agradece requerimento do senhor deputado Antônio Lopes Júnior. — Ao conhecimento do sr. Deputado interessado.

Sob o n. 571-70 do senhor Júlio Werner Hackrad, secretário de Estado dos Negócios da Segurança Pública, no qual acusa o recebimento e agradece o requerimento do senhor deputado Erondy Silvério, consubstanciado em voto de congratulações pela nomeação do senhor Afonso Cliffo, para o cargo de Diretor da Prisão Provisória de Curitiba. — Ao conhecimento do sr. Deputado interessado.

Sob o n. 156-70, do senhor Adeodato Torres Nogueira, comunicando sua posse no cargo de Interyentor Federal no município de Jardim Alegre, através do Decreto Presidencial n. 64.412. — Ao conhecimento da Casa — Agradeça-se.

Sob o n. 318-70, do senhor Uriel Bianchini, comunicando sua investidura no cargo de Delegado Regional da Fazenda, da cidade de Apucarana, por Agradecimento da Portaria Secretarial n. 467-70. — Ao conhecimento da Casa — Agradeça-se.

Sob o n. 583-70, do senhor Ivo Arzua Pereira, diretor presidente da Companhia de Telecomunicações do Paraná — TELEPAR, no qual acusa recebimento e agradece o requerimento formulado pelo senhor deputado Arnaldo Busato. — Ao conhecimento do sr. Deputado interessado.

Sob o n. 2155-70, do senhor Parigot de Souza, diretor da Companhia Paranaense de Energia Elétrica — COPEL, no qual acusa o recebimento e agradece o requerimento formulado pelo senhor deputado Nelson Buffara. — Ao conhecimento do sr. Deputado interessado.

Sob o n. 18, do senhor cel. Waldir Eduardo Martins, comandante do C.P.O.R., de Curitiba, no qual acusa o recebimento e agradece sensibilização o requerimento do senhor deputado Antônio Lopes Júnior. — Ao conhecimento do sr. Deputado interessado.

Sob o n. 6-70, do senhor José Daniel Van Der Broock Filho, presidente da Sociedade Paranaense de Medicina Veterinária, comunicando a composição da nova Mesa Diretora daquela Entidade. — Ao conhecimento da Casa — Agradeça-se.

Sob o n. 160-70, do senhor Adeodato Arnaldo Volpi, diretor presidente do Banco de Desenvolvimento do Paraná S.A., encaminhando exemplar do Relatório da Diretoria daquele Estabelecimento, relativo ao exercício social de 1969. — Ao conhecimento da Casa.

Sob o n. 46-70, do senhor Ernesto Cassol, presidente do Diretório Acadêmico "Rocha Pombo do Paraná", manifestando com relação ao Projeto de Lei n. 46-70, de autoria do senhor deputado Erondy Silvério, ora em tramitação neste Poder, sua estranheza perante o teor do referido Projeto, pois considera nocivo aos interesses e prerrogativas do pessoal formado e em vias de se formar pelas Faculdades de Filosofias, bem como, encaminhando parecer n. 40-68, do Conselho Estadual de Educação. — Ao conhecimento da Casa e do sr. Deputado interessado.

Do senhor professor Amaury Caron dos Anjos, presidente do 9.º Congresso Brasileiro de Farmácia e Bioquímica — FAFBB, no qual acusa o recebimento e agradece o requerimento do senhor deputado Igo Iwant Losso, consubstanciado em voto de regozijo pela realização em nossa Capital do 9.º Congresso Brasileiro de Farmácia e Bioquímica. — Ao conhecimento do sr. Deputado interessado.

Sob o n. 93-70, do senhor Sebastião Vicente de Castro, presidente da Federação de Assistência ao Trabalhador Rural, no qual acusa o recebimento e agradece o requerimento do senhor deputado Paulo Poli. — Ao conhecimento do sr. Deputado interessado.

TELEGRAMAS:

Do senhor Ivo Arzua Pereira, diretor presidente da TELEPAR no seguinte teor:

Impossibilitados compareceremos Sessão Solene entrega Título Cidada Benemérito do Paraná ao sr. Vasco Taborda Ribas et senhor Dalton Trevisan vg cumprimentos essa Casa pela feliz iniciativa et Rogamos transmitir aos homenageados nossos votos felicidade srs. — Ao conhecimento da Casa.

Do senhor João Agripino, governador do Estado da Paraíba, nos seguintes termos:

Satisfação acusar recebimento comunicação eleição et posso nova Mesa dessa Assembleia formulando vossência et seus dignos companheiros melhores votos êxito desempenho mandato lhes foi confiado pt Sds. — Ao conhecimento da Casa.

Do senhor Dodrigo Ajace Moreira Barbosa, secretário Geral do Ministério dos Transportes, nos seguintes termos:

Propósito ofício SA 244 de 29-4-70 incumbiu-me senhor Ministro Transportes informar vossência assunto encaminhado estudo DNER dt Sds. — Ao conhecimento da Casa.

Do senhor Geraldo Freire, presidente da Câmara Municipal de Brasília, nos termos:

Agradeço gentileza comunicação nomes integrantes nova Mesa Diretora essa egregia Assembleia Legislativa et ao ensejo formulo votos profícuo gestão pt Sds. — Ao conhecimento da Casa.

REQUERIMENTOS:

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve e no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, um voto de profundo pesar pelo falecimento do ex-servidor deste Poder Legislativo, Serzedello Pedroso de Moraes, ocorrido no dia de hoje.

Outrossim, solicita a decisão da Casa, dê-se ciência à família enlutada. Sala das Sessões, 8 de junho de 1970.

(aa) Erondy Silvério

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, Requer, ouvido o Plenário, Dispensa de Pauta, em 3a. Sessão, e Inclusão na Ordem do Dia da próxima sessão, do Projeto de Resolução n. 49-70, oriundo da Mensagem Governamental n. 13-70 e referente ao termo de convênio celebrado entre a Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura e o Acordo de Classificação no Estado do Paraná, para a execução de um programa de cooperação financeiro objetivando imprimir ritmo ascensional aos encargos de classificação dos produtos agropecuários.

Sala das Sessões, 8 de junho de 1970.

(a) Luiz Cruz

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que abaixo subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer a Vossa Excelência e inserção na Ata dos trabalhos de hoje um voto de profundo pesar pelo falecimento no dia 5 (cinco) próximo passado, nesta Capital, no bairro de Santa Quitéria, do exemplar Agente de Polícia Alvir Adolfo Gomes da Silva.

O extinto teve atuação destacada em sua vida funcional, nos mais variados setores da atividade policial, prestando sempre relevantes serviços e coletividade.

O brioso policial, quando prestava serviços na Delegacia Especializada de Furtos e Roubos desta Capital, em uma de suas costumeiras diligências, tombou fatalmente no exercício do dever.

Requer ainda, aprovado este, seja oficiado à enlutada família.

Sala das Sessões, em 8 de junho de 1970.

(o) Olívio Belich

PROJETOS DE LEI:

Projeto de Lei n. 110-70

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao município de Siqueira Campos, uma Motoniveladora Modelo 12, série "E", tração em quatro rodas, de propriedade do Departamento de Estradas de Rodagem, a qual se encontra prestando serviço àquele Município, desde o dia 10 de dezembro de 1964.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 8 de junho de 1970.

(a) Agnaldo Pereira Lima

JUSTIFICATIVA:

Será feita em Plenário.

Projeto de Lei n. 111-70

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica transferido à Prefeitura Municipal de Campina Grande do Sul, sem ônus e cancelada a dívida total resultante da instalação, o acrévoo da rede de energia elétrica do município, pertencente ao Departamento de Águas e Energia Elétrica.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 8 de junho de 1970.

(a) João Mansur

JUSTIFICATIVA:

Preliminarmente é de se dizer que este Plano de Lei não constitui privilégio ou exceção, eis que a Assembleia Legislativa, em diversas oportunidades, tem aprovado iniciativas de idêntica natureza. Mas o próprio Po-

der Executivo, compreendendo as razões sempre válidas arguidas pelos municípios, que se tem acusado de sancionar as transferências de acervos de réde de energia elétrica.

A Projeto de Lei em tela objetiva, sobretudo, auxiliar o erário municipal de Campina Grande do Sul, tendo em vista o montante da dívida resultante da instalação da rede de energia elétrica, que, com a aplicação de coeficientes da correção monetária, ascendeu de Cr\$ 5.756,24 a cerca de dez vezes esse valor.

Ou seria pretender o absurdo pleitear o pagamento da dívida, mesmo porque não constitui, pela superação e desgaste do material utilizado, investimento de capital rentável.

Todavia, transferido o acervo sem ônus e cancelada a dívida total, inclusive correção monetária, verificar-se-ia então receita patrimonial efetiva, o que auxiliaria em muito o município de Campina Grande do Sul que se resente de uma arrecadação razoável.

"Ex positis". Tenho convicção de que os nobres pares não se furtarão a apoiar esta iniciativa.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, sr. deputado Ivo Tomazoni.

O SR. IVO TOMAZONI — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Ocupo a tribuna tão somente para dar conhecimento à Casa, dos termos de u'a Moção aprovada pela Comissão Executiva do Diretório Regional da ARENA, da reunião realizada hoje pela manhã. "Com a Presidência dos vice-presidentes Alípio Ayres de Carvalho e Ivo Tomazoni, dos secretários deputados Antônio Lopes Júnior e Gabriel Manoel e tesoureiro vereador Menotti Caprilhone, reuniu-se a Comissão Executiva da Arena Regional, que tomou por unanimidade a decisão de apoiar os nomes escolhidos como candidatos à Vice-Governança do Estado, emitindo a respeito o seguinte comunicado oficial:

"A Comissão Executiva da Arena Regional, reunindo-se hoje sob a Presidência do deputado Alípio Ayres de Carvalho resolveu, por unanimidade, dirigir-se ao deputado Rondon Pacheco, presidente do Partido, para hipotecar o seu apoio e a sua solidariedade aos nomes indicados pelo futuro Governador, deputado Leon Feres, na lista entregue ao presidente Médici, dos candidatos a Vice-Governador do Estado. Segundo comunicação recebida, os nomes dos companheiros indicados são, pelo conceito que desfrutam como cidadãos e como homens públicos, credores de toda a consideração e apreço do partido e do povo paranaense".

A citada reunião foi presidida pelo deputado Alípio Ayres de Carvalho, 1.º vice-presidente, em virtude de se achar ausente o presidente Mattos Leão.

Era só, sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao sr. deputado Antônio Lopes Júnior, para o Grande Expediente.

O SR. ANTONIO LOPES JUNIOR — Sr. Presidente, srs. Deputados.

A Secretaria de Educação e Cultura abriu as inscrições para o concurso para professor de Ensino Médio previsto pelo Decreto n. 17.962, de 22 de janeiro de 1970.

Este concurso concretiza uma velha aspiração dos nossos mestres, ao mesmo tempo que marca o desenvolvimento que atingiu o Ensino durante o Governo Paulo Pimentel. O Ensino paranaense já ultrapassou as fronteiras do nosso Estado e é exemplo em todo o País; prova disso é o interesse que vem despertando em todo o Brasil, principalmente em Santa Catarina, Rio Grande do Sul, São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo.

Professores destes Estados, em maior número têm solicitado informações para se inscreverem no concurso para poder lecionar no Paraná. Pois aqui, o professor do Ensino Médio tem o salário mais alto do País. O concurso fixa ao professor licenciado o nível inicial 22, com dez aulas semanais, enquanto que em São Paulo o mestre é obrigado a lecionar 16 aulas no mesmo período. Com aulas suplementares o nosso professor pode receber de vencimentos até mais de um mil e quinhentos cruzeiros mensais.

Sr. Presidente este concurso traz benefícios não apenas para o professor, mas sobretudo para o Ensino em geral. A preparação para o concurso faz com que o mestre se atualize muito bem e isto virá trazer um aumento do nível de ensino; haverá uma seleção natural o professor, com isto, caminha para a profissionalização efetiva, sem a marginalização no serviço público.

Senhores Deputados, a Comissão Permanente de Concurso teve o cuidado de elaborar a programação de provas com alto espírito de justiça. O fator sorte está afastado destas provas. O ensino no Paraná, consta hoje, com alto padrão, que vem servindo de exemplo em todo o País. E por isso, o concurso selecionará os melhores. Mas os que não forem selecionados continuarão a exercer as suas atividades da mesma maneira que vêm fazendo atualmente.

O governador Paulo Pimentel conseguiu dar uma nova dimensão ao Ensino. A reforma do Ensino, em todos os níveis, que está sendo implantada pela Secretaria de Educação e Cultura, está se antecipando aos programas do próprio Ministério da Educação. Representantes de outros Estados têm vindo a Curitiba, a fim de constatar como está sendo realizado este trabalho pela Secretaria de Educação e Cultura, para servir de modelo a outros governos. E a Reforma do Ensino Primário e Secundário, com a implantação de ciclo fundamental e a consequente eliminação do exame de admissão. E o calendário rural que está sendo implantado para evitar o grande número de reprovações no Ensino Primário, principalmente no meio rural. E a reforma Universitária possibilitando com que o estudante do interior do Estado encontre escola em sua própria região.

Mas, senhores Deputados, ao mesmo tempo em que o Governo do Estado está dando uma enfra estrutura do Ensino, modelo no País, não poderia esquecer o professor, a base de tudo o programa educacional. E a resposta para isto vem através dos concursos que estão sendo realizados. Como um desafio, pela primeira vez na história do Paraná, foi realizado o concurso para o Ensino Primário e, agora, chegou a vez do professor do Ensino Médio. Este concurso está despertando interesse em todo o País, pois os professores sabem que no Paraná é dado o valor que eles realmente merecem na conjuntura do desenvolvimento. O governador Paulo Pimentel fez do Ensino uma das suas metas básicas, pois a sua visão de administrados ressaltou a importância de formar bem as futuras gerações.

Senhor Presidente, o Concurso do Ensino Médio vem atender aos apelos dos professores que cursaram uma Universidade. Somente os licenciados

terão o direito de participar deste concurso, uma vez que, além do reconhecimento do seu esforço, terão maiores condições de ensinar os nossos jovens.

Para se ter uma idéia de como está sendo preparado este concurso, basta dizer que há meio ano a Secretaria de Educação e Cultura mandou imprimir o programa, com vasta bibliografia, dando tempo para que os professores se preparassem devidamente para as provas. E as provas de aula e prática serão realizadas publicamente. E outra medida ainda foi tomada para evitar com que o professor, porventura fosse prejudicado. As provas somente serão identificadas depois da correção.

Isto, senhores Deputados, é mais um passo, de tornar o Paraná, mais uma vez, na frente do Ensino no País, graças ao trabalho que vem sendo desenvolvido desde o início do Governo Paulo Pimentel. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao sr. Seme Scaff, segundo orador inscrito.

O SR. SEME SCAFF — Sr. Presidente, srs. Deputados. A entrevista do Superintendente da Paranatur à imprensa e da qual todo o Paraná tomou conhecimento, valeu por uma autêntica prestação de contas de tudo aquilo que o Governo Paulo Pimentel desenvolveu no âmbito do turismo. Com uma clareza meridiana, sem tergiversações, citando dados, mas sem estabelecer comparações, pois a política de turismo começa na técnica. Na atual administração o sr. Superintendente da Paranatur fez uma radiografia dos problemas que emperram o desenvolvimento desta indústria que tem sido a redenção de todos os povos neste século. Criada exatamente há um ano, a Paranatur cumpriu nestes 12 meses a proposição a que foi entregue a de estruturar as bases de um turismo que passou a requerer a técnica aos planejadores, a iniciativa privada para tornar-se uma atividade econômica adulta neste Estado, e de tão fortes apelos turísticos. Muito claro, sr. Presidente srs. Deputados, foi o Superintendente da Paranatur ao frisar que o Estado jamais pretendeu tomar a si a decisão final de todos os problemas que afetam a área do turismo, mas, pelo contrário, coordenar através da Empresa Paranaense de Turismo, a problemática buscando solução, por meio de obras de infra-estrutura, diria eu, repetindo as afirmações do Superintendente da Paranatur, que aquela empresa soube encarar com fidelidade, e ser fiel à missão que lhe entregou o governador Paulo Pimentel. Em um ano a empresa desenvolveu um programa agressivo de contato com as municipalidades de todas as regiões importantes de turismo do Paraná, levando mais que sua palavra de apoio, mas procurando captar de cada prefeito, de cada vereador, os organismos municipais, enfim, os planos, sugestões e proposições dignos de serem estudados. Fez a Paranatur, além do papel de quem procede a triagem de problemas de sua área, também do de intermediário e de técnico em assuntos turísticos, que foi aos organismos rodoviários, de telecomunicações, aos mais variados setores encarregados das obras públicas, para reivindicar melhorias. Como esse trabalho nem sempre largamente divulgado, ganharam Vila Velha, Guayra, o litoral paranaense, a própria Foz do Iguaçu, tão requisitada por turistas de todo o mundo. O mais importante que deve ser levado a conta deste Governo, simplesmente por uma questão de Justiça é que com a criação da Emorssa Paranaense de Turismo, está se criando uma nova mentalidade turística no Estado. Uma mentalidade que a ninguém dispensa, a todos requisita, para a continuidade dos programas de apoio ao turismo, que darão as próximas administrações estaduais e que oferecerá, aos paranaenses de todos os quadrantes, novas oportunidades de riqueza, bem-estar, novas fontes de trabalho e mais divisas para o Paraná.

Muito haveria o que se dizer ainda sobre a preocupação deste Governo, o único na História do Paraná — e ninguém pode dizer nada em contrário — que procura incrementar o turismo em nosso Estado.

Muito significará para o futuro do Paraná o levantamento turístico do Estado, que se encontra em fase final. Este levantamento resulta de convênio entre a PARANATUR e a Sudesul, e dará, com exatidão, nossas possibilidades no campo do turismo; nossas falhas, nossa importância imediata, implantando as soluções e os caminhos que teremos que tomar.

Pois bem sr. Presidente, srs. Deputados, trabalho de tamanha envergadura, que fornecerá elementos para a inclusão do Paraná no roteiro turístico dos três Estados do Sul, não custará um centavo aos cofres públicos do Estado. A sua execução, notem bem, está a cargo de dois grupos técnicos europeus, altamente especializados. Administrações futuras receberão do atual Governo, também no setor do turismo, uma autêntica ajuda. E a mentalidade dinâmica que carrega o Governo Paulo Pimentel, preocupado basicamente em recorrer à técnica para planificar sua ação. Age claramente sem emoções, exclusivamente com a preocupação técnica, e está se fazendo hoje no Paraná um trabalho de base. Sabe o Governo que não é possível começar com a casa pelo telhado. Por isso planta os alicerces, fornecendo as pedras de esquina. Poderão se desenvolver programas duradouros e produtivos.

Quase três décadas passadas, as águas de Santa Clara, são totalmente desconhecidas pela maioria dos paranaenses; n entanto, lá existe um hotel e possibilidades imensas de rentabilidade turística. Inclusive a Paranatur pode redescobrir Santa Clara e cuidar de que aquele ponto turístico seja adequadamente explorado.

O litoral tem hoje uma comissão especial, para assuntos turísticos, criada pela Paranatur e que semanalmente reúne os dirigentes, principalmente da região litorânea. Todos, votando juntos com a Empresa Paranaense de Turismo, há muita forma de vender nossa maravilhosa orla marítima. Foz do Iguaçu ganhou mais, creio para o espetáculo inesquecível das Cataratas, do que toda a quota de ajuda entregue pelas administrações anteriores.

Guaira, terá, até o final do ano, novo aeroporto. E então, depois de 5 anos de interrupção, das linhas aéreas comerciais, será possível um turista, de qualquer parte, chegar facilmente à Cidade Real.

A cidade de Sete Quedas que em breve, ainda neste ano, como Guaira, ganhará novos suportes para mostrar ao mundo suas belezas naturais, com ligações rodoviárias e com participação, na cidade, do programa de micro ondas do Estado.

Vila Velha, tão próxima da Capital e que tão relegada ao esquecimento fora pelas administrações anteriores, foi atendida. Instalações vitais com banheiros, obras importantes como estrada de acesso, iluminação pública, implantação de unidades de "campings". Os espaços verdes em condições de receber, por preços ínfimos, os turistas e seus veículos, hoje é uma realidade, é um sinal evidente, de que há atuação no setor turístico. Os cursos de hotelaria, cursos de turismo promovidos pelo Governo através da PARANATUR, representa uma velha exigência de preparar adequadamente a mão de obra para a indústria sem chaminés.

A elaboração de incentivos de isenções fiscais é outro fator notável que avulta neste Governo, que concede benefícios tributários aqueles que vêm ao Paraná para colaborar com o desenvolvimento de seu turismo.

Sr. Presidente, deixo ao julgamento da Casa, da história, este capítulo importante que procurei sintetizar pàlidamente, do Governo Paulo Pimentel, certo de que a atual administração será sempre apontada, pelas gerações futuras, como aquela que sempre soube ver, acima de tudo a experiência, preparando os caminhos para o porvir. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente. Passaremos à:

O SR. ALENCAR FURTADO — (Pela Ordem). Sr. Presidente, como não está ainda esgotada a Hora do Expediente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o sr. deputado Alencar Furtado.

O SR. ALENCAR FURTADO — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Há espetáculos que não convencem, mormente quando demasiadamente repetidos, dando ou apresentando um aspecto mais formal que real.

Há poucos instantes, ouvimos duas peças oratórias, literalmente bem buriladas, todavia não espalhando, data vênha, a grande realidade paranaense. No que tange a ensino público, muito ainda reclama o professorado paranaense. Não se pode estender o manto protetor da liberdade inexistente à classes que são desfrutadoras de direitos seus. Lutas titânicas vêm sendo travadas de há muito pelo professorado suplementarista deste Estado.

Quando o ilustre Vice-Líder do Governo assoma à tribuna para dar notícia do concurso programatizado pela Secretaria de Estado para o Ensino Médio, talvez a surpresa valesse para que pretendêssemos ouvir de S. Exa. a grata notícia de que pelo menos a definição do regime jurídico do suplementarista do Estado teria já sido encontrada, pelo Governo do Paraná. Nem isto até agora foi definido, nem isto até agora foi traçado.

Aproximadamente 90% do magistério de nosso Estado, que ainda se encontra ao Deus dará, em termos de segurança e tranquilidade. No que tange a:

O sr. Olívir Gabardo — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Em virtude do nobre Vice-Líder do Governo não me haver concedido a aparte que eu solicitara, é que me dirijo à V. Exa. para destacar alguns aspectos, com relação ao problema educacional. V. Exa. se referiu aos suplementaristas. Com relação ao concurso anunciado aqui nesta Casa, podemos dizer que esse concurso já chegou tarde. Porque há mais de 3 ou 4 anos, talvez que não se faz concurso para provimento das cadeiras do Ensino Médio neste Estado. Isso, certamente, já dá para se ter idéia da falta de professores efetivos e qualificados para o exercício do magistério do Paraná. Assim é que esse concurso já vem tarde e com um agravante, que temos destacado desta tribuna reiteradamente.

Segundo informações que obtivemos, porque não há dados oficiais sobre isso, apenas está em concorrência a disputa de 600 vagas para o Ensino Médio, o que não atenderia, por certo, nem a demanda e exigências de Capital do Estado. O número de estabelecimentos de Ensino Médio em Curitiba, demonstra que essas 600 cadeiras não preenchem as necessidades nem da Capital, quanto mais do interior.

Portanto, nós teremos que continuar a assistir o drama do suplementarista neste Estado, porque desta tribuna, ainda há poucos dias o deputado Olavo Ferreira anunciava que em levantamento feito pela Secretaria de Educação, havia exigência de 2.600 a 2.700 vagas no Ensino Médio. No entanto, estão aí em disputa apenas 600 vagas.

Não é assim que se resolve o problema do Ensino Médio neste Estado. Mas, nobre Deputado, quanto à ocorrência de professores de São Paulo para o Paraná, digo a V. Exa. que fui informado de que o sr. Secretário de Educação anterior fizera um pronunciamento no programa da Hebe Camargo, e anunciara em São Paulo que o Estado do Paraná está pagando 2.500 cruzeiros aos professores do Ensino Médio. Alguns professores me disseram que estão para requerer a diferença de vencimentos, porque o Estado não está pagando o que foi anunciado.

Sr. Deputado, o nosso aparte, é no sentido de colaboração: vai se levantar uma estrutura para a realização de um concurso, que o Estado providencie a criação das vagas no Ensino Médio, à medida de nossas necessidades, porque após 4 anos de não realização de concurso e fizermos a realização de concurso para não ser preenchida nem a quinta, ou talvez oitava parte da necessidade do Estado, é realmente um absurdo e um prejuízo que terá o Estado, além de ser um prejuízo para o próprio ensino.

Era o aparte que queria dar a V. Exa., não tendo possibilidade de dar ao nosso Vice-Líder do Governo.

O SR. ALENCAR FURTADO — Agradeço o aparte de V. Exa., até porque foi eminentemente esclarecedor de um assunto de alto interesse para o magistério paranaense. Se nem um quinto do magistério será beneficiado com tal concurso, não se pode dar a impressão de estender este manto protetor a quem me referia, dando a impressão de que o concurso beneficiará a todo o magistério.

Então, a meu ver, a realização desse concurso, causa uma frustração por parte daqueles que sabem que não existem vagas e estão, por certo, marginalizados.

Sr. Presidente, srs. Deputados, era o reparo que queria fazer às declarações que, desta tribuna, foram feitas pelo nobre Vice-Líder do Governo.

Era só, sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 30 srs. Deputados.

O SR. ALENCAR FURTADO — (Pela ordem). Sr. Presidente, requeiro a verificação de quorum.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere. O sr. 1.º Secretário procede a chamada nominal dos srs. Deputados, para verificação de quorum.

(É feita a chamada)

O SR. PRESIDENTE — Responderam a chamada 27 srs. Deputados. Há quorum para a votação.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do deputado João Mansur, constante do Expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do deputado Agnaldo Pereira Lima, constante do Expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça. — Apoiado.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulsos distribuídos aos srs. Deputados.

Redação Final — do Projeto de Lei n. 223-69, denominando "Quedas do Iguaçu" o Município de Campo Novo, na comarca de Laranjeiras do Sul.

Aprovado. REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 223-69

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica denominado "Quedas do Iguaçu", o Município de Campo Novo, na Comarca de Laranjeiras do Sul.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em...

(aa) Ivo Tomazoni — Presidente

Olavo Ferreira — Relator

3a. Discussão — do Projeto de Lei n. 79-70, Mensagem Governamental n. 14-70, que objetiva conceder em nome e à conta dos recursos do Tesouro do Estado, fiança ao Banco de Desenvolvimento do Paraná S.A. — BADEP — para garantir empréstimo que este vier contrair com o Banco Nacional de Habitação. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Aprovado.

1a. Discussão — do Projeto de Lei n. 40-70, de autoria do dep. Erondy Silvério, que autoriza o Poder Executivo a mandar erigir na Praça Fronteira, ao Edifício do Tribunal de Justiça, nesta Capital, o Busto do Desembargador Antônio Franco Ferreira da Costa. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N. 40-70

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a mandar erigir na Capital do Estado, na Praça Fronteira, ao Edifício do Tribunal de Justiça, o Busto do Desembargador Antônio Franco Ferreira da Costa.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13 de abril de 1970.

(a) Erondy Silvério

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n. 40-70

A matéria é legal e não tem dispositivos constitucionais, razão pela qual somos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 29 de abril de 1970.

(aa) Emílio Carazzai — Presidente

Nelson Buffara — Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

Parecer ao Projeto de Lei n. 40-70

Louvável e digna de encomios é a iniciativa do nobre deputado autor do presente plano de lei, pois visa mandar erigir em uma das praças públicas de Curitiba, o Busto do ilustre Paranaense Desembargador Antônio Franco Ferreira da Costa.

Matéria justíssima, tendo em vista que o homenageado foi em vida, uma das figuras mais expressivas como Magistrado e homem público de nosso Estado.

Pelas razões expostas, muito prazerosamente opinamos pela aprovação do Projeto em tela.

Parecer favorável.

Sala das Comissões, em 21 de maio de 1970.

(aa) Roberto Galvani — Presidente

João Mansur — Relator

Roberto Wypych, Paulo Poli e Ivo Tomazoni

1a. Discussão — do Projeto de Lei n. 257-69, de autoria do dep. Gabriel Manoel, que autoriza o Poder Executivo, através da Secretaria de Viação e Obras Públicas, a firmar convênio com o Município de Cambé. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., na forma do Substitutivo Geral. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N. 257-69

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica autorizado o Poder Executivo a conceder um auxílio de até NC\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros novos), mediante convênio, ao Município de Cambé para o fim de construir o Reservatório Elevado da estação de tratamento de água e demais obras complementares.

Art. 2.º — A despesas com a execução desta lei correrão à conta da dotação orçamentária própria.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12 de novembro de 1969.

(a) Gabriel Manoel

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n. 257-69

Visa o presente plano de lei, de autoria do nobre deputado Gabriel Manoel, autorizar o Poder Executivo a conceder um auxílio de até NC\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros novos), mediante convênio, ao Município de Cambé, para construção do Reservatório Elevado da estação de tratamento de água e demais obras complementares.

A medida se nos afigura justa, face às razões constantes da justificativa. A forma como está proposta, porém, é que nos parece infringir disposição constitucional, daí porque nos permitimos oferecer ao projeto o substitutivo anexo, o qual, sem alterar-lhe o objetivo, dá-lhe a cobertura legal e constitucional de que carece.

Pela aprovação, na forma do Substitutivo, é o Parecer.

Sala das Comissões, em 13 de maio de 1970.

(aa) Emílio Carazzai — Presidente

Ivo Tomazoni — Relator

Paulo Camargo

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Substitutivo Geral ao Projeto de Lei n. 257-69

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado, através da Secretaria de Viação e Obras Públicas, a firmar convênio com o Município de Cambé, para execução dos serviços de construção do Reservatório Elevado da es-

lação de tratamento de água e demais obras complementares daquela cidade.
Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 18 de maio de 1970.

(aa) Presidente

Relator — Ivo Tomazoni

Paulo Camargo

COMISSÃO DE FINANÇAS

Parecer ao Projeto de Lei n. 257-69

Firmar convênio é competência do Senhor Governador, conforme o que dispõe o art. 47, item IX, da Constituição do Estado, razão pela qual julgamos a presente proposição legal, não se conflitanto com qualquer dispositivo de ordem financeira pois visa autorizar o Poder Executivo a firmar convênio com o município de Cambé.

Assim sendo opinamos pela sua aprovação nos termos do Substitutivo Geral apresentado pela douta Comissão de Constituição e Justiça.

Parecer Favorável pois.

Sala das Comissões, em 21 de maio de 1970

(aa) Roberto Galvani — Presidente

Ovídio Franzoni — Relator

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do sr. deputado Erondy Silvério, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do ex-servidor desta Assembleia Legislativa, Serzedello Pedroso de Moraes; outrossim, solicita que se dê ciência à família enlutada. Em discussão, em votação.

O SR. ARTHUR DE SOUZA — (Para encaminhar a votação).

Sr. Presidente, srs. Deputados.

O servidor que deixa de existir, Serzedello Pedroso de Moraes, tinha para nós outros, Deputados, uma significação especial, pela dedicação que sempre devotou ao Poder Legislativo, pelos muitos anos em que emprestou o seu trabalho a esta Casa.

Lembro-me que ele era um homem interessado pelas coisas do Paraná e muitas vezes, quando aqui trabalhava, discutia com os parlamentares, esses assuntos. Tanto assim, que muitos Deputados brincavam com o amigo Serzedello, que ele era a 46a. Cadeira da Assembleia Legislativa; ele aceitava a brincadeira e ficava ufano até, porque parecia que a sua maior aspiração talvez fosse esta, fosse a de um dia chegar a ser tanto, mas era modesto demais, humilde e respeitador e, como dissemos, muito estimado na Assembleia Legislativa.

Os parlamentares desta última Legislatura não conheceram o Serzedello Pedroso de Moraes, mas ele há tantos anos pertencia a esta Casa, que quando na época da diáspora, quando a Assembleia foi dissolvida, ele passou a trabalhar na mesma Casa, pois a Assembleia era então na Rua Barão do Rio Branco e ali se instalou o Conselho que assessorava o Interventor Manoel Ribas; aquele tempo Serzedello de Moraes também era um funcionário da Casa e atendia os srs. Conselheiros.

É esta figura que desaparece e que nós estamos pranteado. Daí porque, srs. Deputados, quando desaparece um funcionário dedicado como o foi Serzedello Pedroso de Moraes, o nosso velho amigo que mesmo depois de aposentado fazia questão de vir a esta Casa e cumprimentar os seus amigos Deputados, com eles ainda conversar e contar, já agora, da molestia que tanto o maltratava, nós, com saudade nos associamos ao requerimento que fez o deputado Erondy Silvério.

O sr. Emílio Carrazai — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

O SR. ARTHUR DE SOUZA — Com prazer concedo o aparte ao nobre deputado Emílio Carrazai, principalmente porque ele, como eu, convivi tantos anos com o servidor Serzedello Pedroso de Moraes.

O sr. Emílio Carrazai — Exatamente por isto nobre deputado Arthur de Souza, é que eu não quero me furtar de dizer duas palavras em homenagem a aquele grande servidor.

Eu estou aqui há 20 anos e em todo esse tempo aquele homem foi perfeito na execução dos seus trabalhos. Ele merece a homenagem à qual V. Exa. está se associando e eu agora me associo, que é uma homenagem sincera, que parte do coração.

O SR. ARTHUR DE SOUZA — Agradeço o aparte que emprestou o nobre deputado Emílio Carrazai.

O sr. Olivir Gabarito — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Nobre deputado Arthur de Souza, em nome da bancada do MDB nesta Casa, desejo associar-me a homenagem que está sendo prestada a esse servidor que por tantos anos aqui esteve, servindo neste Poder.

Apresento, em nome da bancada do MDB, também a nossa solidariedade. A nossa homenagem a aquele funcionário.

O SR. ARTHUR DE SOUZA — Agradeço o aparte que V. Exa. nos presta. Lembro-me também que ele queria sempre ser agradável aos Deputados. Uma das coisas que ele não esquecia de fazer — e o deputado Carrazai é testemunha disto — era, na velha Assembleia onde a Tesouraria não ficava no mesmo andar, de vir avisar aos Deputados que a folha de pagamento estava pronta. Fazia aquilo com um sorriso largo e a sua solicitude sempre nos encontrava.

Estou recebendo a solidariedade de uma outra bancada, que não tem assento no Plenário, mas tem assento na Divisão especialmente destinada aos jornalistas, é a bancada de jornalistas, os homens da imprensa credenciada junto a esta Casa, que também conviveram com Serzedello e que por isso mesmo conheceram a sua figura, tão bem como nós Deputados. A solidariedade dos jornalistas bem demonstra quão estimada era esta figura que hoje desaparece e que ora é pranteada pelo Legislativo do Estado.

O SR. ARNALDO BUSATO — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Desejo louvar a atitude de V. Exa. reverenciando a pessoa de Serzedello Pedroso de Moraes, funcionário simples, exemplar, honesto, decente e V. Exa. abordou as suas atividades no antigo Palácio que servia à Casa Legislativa do Paraná, e nos queremos compartilhando a sua exposição, nobre Deputado Arthur de Souza, afirmar que nesta Casa também este funcionário, quando aqui esteve conosco, cumpriu com o seu dever e mereceu o respeito de todos a admiração de seus colegas, funcionários e também desta Casa. Portanto, a atitude de V. Exa. é digna e nós queremos aqui deixar caracterizado o nosso respeito, a nossa admiração, a nossa memória deste homem, que cumpriu com o seu dever e com a sua obrigação.

O SR. ARTHUR DE SOUZA — Ainda temos a solidariedade de todos os funcionários de trabalho no Legislativo paranaense, pois eles, como nós também, tiveram esta alegria e satisfação de conviver com o funcionário hoje desaparecido, e nós gostaríamos de fazer um adendum ao requerimento da S. Exa., o sr. deputado Erondy Silvério, para que a Presidência designasse

uma Comissão de Deputados que representaria esta Assembleia nos funerais de Serzedello Pedroso de Moraes. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Requerimento já lido pelo sr. 1.º Secretário. Voto de pesar. Em votação e requerimento. Aprovado.

A Mesa associa-se, em nome do funcionalismo e dela própria e da Casa ao pesar pelo falecimento do zeloso e estimado servidor da Assembleia Serzedello de Moraes. O nobre orador havia requerido verbalmente que fosse designada uma Comissão para representar esta Casa nos funerais do falecido. A Mesa, enquanto procede os trabalhos, irá nomear a Comissão que representará a Casa e os funcionários nos funerais.

Esta Presidência tem a satisfação de anunciar a presença neste Plenário do ilustre prefeito de Francisco Beltrão, dr. Deni Irineu Schwartz.

Requerimento de autoria do deputado Olívio Belich, constante do Expediente solicitando voto de pesar pelo falecimento no dia 5 próximo passado, do agente de Polícia Alvir Adolfo Gomes da Silva. — Aprovado.

Requerimento de autoria do sr. deputado Luiz Cruz, constante do Expediente, solicitando seja dispensado da Fauta em 3a. Sessão, o Projeto de Resolução n. 49-70, oriundo da Mensagem Governamental n. 13-70. Aprovado.

A Mesa designa, para representar a Casa nos funerais do funcionário Serzedello Pedroso de Moraes, as seguintes autoridades: deputados Arthur de Souza, João Mansur e Erondy Silvério.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 9, terça-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

Redação Final — dos Projetos de Leis ns. 35-70 e 31-70;

2a. Discussão — dos Projetos de Leis ns. 30-70 e 257-69;

1a. Discussão — do Projeto de Lei n. 3-70.

A Mesa informa que amanhã haverá uma sessão extraordinária, logo após a sessão ordinária.

Levantar-se a Sessão.

PORTARIAS:

PORTARIA N. 242-70

O Diretor Geral da Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n. 3182, de 25 de maio de 1970, deste Poder,

RESOLVE:

conceder a Jonas Zampier, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, trinta (30) dias de férias referentes ao exercício de 1969, a partir de 25 de maio de 1970.

Gabinete da Diretoria Geral, em 27 de maio de 1970.

FLODOALDO TRINDADE — Diretor Geral

PORTARIA N. 243-70

O Diretor Geral da Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n. 3087, de 21 de maio de 1970, deste Poder,

RESOLVE:

lotar Plácido Cordeiro de Paula, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, no Serviço de Assistência Social.

Gabinete da Diretoria Geral, em 27 de maio de 1970.

FLODOALDO TRINDADE — Diretor Geral

PORTARIA N. 244-70

O Diretor Geral da Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n. 2875, de 15 de maio de 1970, deste Poder,

RESOLVE:

lotar Gabriel Quesada Filho, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, no serviço de Assistência Judiciária.

Gabinete da Diretoria Geral, em 29 de maio de 1970.

FLODOALDO TRINDADE — Diretor Geral

PORTARIA N. 259-70

O Diretor Geral da Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n. 2580, de 4 de junho de 1970, deste Poder,

RESOLVE:

conceder a Paulo Cesar Pinho Duboc, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1970, a partir de 8 de junho de 1970.

Gabinete da Diretoria Geral, em 8 de junho de 1970.

FLODOALDO TRINDADE — Diretor Geral

PORTARIA N. 260-70

O Diretor Geral da Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n. 3564, de 4 de junho de 1970, deste Poder,

RESOLVE:

conceder a Brígida Lobo Kolarowicz, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, quinze (15) dias de férias, referentes ao exercício de 1969, a partir de 4 de junho de 1970.

Gabinete da Diretoria Geral, em 8 de junho de 1970.

FLODOALDO TRINDADE — Diretor Geral

ATAS DAS COMISSÕES:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

3a. LEGISLATURA

1a. SESSÃO LEGISLATIVA

ATA DA 5a. SESSÃO ORDINÁRIA

Aos três dias do mês de junho do ano de mil novecentos e setenta, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do senhor deputado Emílio Carrazai, presentes os senhores deputados Abrahão Miguel, Luiz Cruz, Alencar Furtado, Ivo Tomazoni, Paulo Poli, Nelson Buffara e Armando Queiroz. Havendo número legal, o senhor Presidente declarou abertos os trabalhos. Aprovada a Ata da sessão anterior e como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia. PROJETO DE LEI N. 443-68, do ex-dep. Jacinto Simões, assegura a parti-

cipação de associados no Conselho Diretor do Instituto de Previdência do Estado (I.P.E.). Relator o dep. Luiz Cruz. Parecer contrário. O dep. Alencar Furtado havia requerido vista do processo, devolvendo-o acompanhado do seu voto em separado, que conclui pela aprovação do plano de lei. Colocado o parecer em votação é o mesmo aprovado. PROJETO DE LEI N. 50-70, do dep. David Federmann, declara de Utilidade Pública a Sociedade São Vicente de Paulo, com sede na cidade de Ponta Grossa. Relator o dep. Paulo Poli, que requer seja o projeto convertido em diligência. Deferido. PROJETO DE LEI N. 51-70, do dep. Wilson Fortes, cria uma Circunscrição de Trânsito, com sede em Loanda, abrangendo os municípios que especifica. Relator o dep. Paulo Poli. O dep. Alencar Furtado requer vista do processo. Deferido. PROJETO DE LEI N. 54-70, do dep. Alencar Furtado, autoriza o P.E. a pavimentar o trecho rodoviário Mauá-Ivaiporã, consignando na Lei de Meios de 1971, a dotação financeira para atendimento das despesas. Relator o dep. Ivo Tomazoni. Parecer favorável. Aprovado. PROJETO DE LEI N. 68-70, do dep. Seme Scaff, cria, na sede do mun. de California, uma Escola Técnica de Comércio, de 2.º Ciclo, para funcionar a partir do próximo ano letivo. Relator o dep. Luiz Renato Malucelli. Parecer favorável. Aprovado. PROJETO DE LEI N. 70-70, do dep. Armando Queiroz, autoriza o P.E. a celebrar, por intermédio do D.E.R., convênio com os municípios de Palmital, Roncador e Pitanga, para construção de uma ponte sobre o Rio Cantu. Relator o dep. Ivo Tomazoni. Parecer favorável, com substitutivo de redação. Aprovado. PROJETO DE LEI N. 71-70, do dep. Túlio Vargas, autoriza o P.E. a celebrar, através do D.E.R., convênio com o mun. de Atalaia, para construção de uma ponte de concreto sobre o rio Pirapó. Relator o dep. Luiz Renato Malucelli. Parecer favorável. Aprovado. PROJETO DE LEI N. 76-70, do dep. Túlio Vargas, autoriza o P.E. a criar, na localidade denominada N.S. da Penha, do mun. de Corbélia, um Curso Ginasial. Relator o dep. Ivo Tomazoni. Parecer favorável. Aprovado. PROJETO DE LEI N. 78-70, do dep. Fuad Nacif, cria um Ginásio Estadual no mun. de Paranapoema, para funcionar a partir do ano letivo de 1971. Relator o dep. Luiz Renato Malucelli. Parecer favorável com substitutivo de redação. Aprovado. PROJETO DE LEI N. 82-70, do dep. Erondy Silvério, declara de Utilidade Pública a Associação Feminina de Educação à Criança Excepcional, com sede em Curitiba. Relator o dep. Paulo Poli. Parecer favorável. Aprovado. PROJETO DE LEI N. 96-70, mensagem governamental n. 15-70, que fixa em Cr\$ 3.000,00, os vencimentos dos cargos de Secretário de Estado, dos Chefes da Casa Civil e Militar do Gabinete do Governador, e do Consultor Geral do Estado. Relator o dep. Abraão Miguel. Parecer favorável. O dep. Ivo Tomazoni requer vista do processo. Deferido. PROJETO DE LEI N. 98-70, do dep. Erondy Silvério, estabelece sistema de remuneração ao pessoal dos Serviços Fisco-Arrecadadores do Estado e dá outras providências. Relator o dep. Ivo Tomazoni. Parecer favorável. Rejeitado. Designado novo relator o dep. Armando Queiroz. PROPOSIÇÃO N. 23-70, of. 47-70, da Câmara Municipal de Curitiba, encaminhando proposição de autoria do sr. vereador Arlindo Ribas Oliveira, no qual solicita prerrogativa para que aquela Câmara Municipal elabore sua própria Lei Orgânica. Relator o dep. Alencar Furtado. Parecer pelo arquivamento. Aprovado. PROPOSIÇÃO N. 53-70, telegrama, da presidência da Assembleia Legislativa do Paraná, solicitando manifestação deste Poder, junto ao sr. Presidente da República, no sentido de ser poupada de extinção a Companhia Paranaense de Transportes Aéreos. Relator o dep. Luiz Renato Malucelli. Parecer pelo arquivamento. Aprovado. PROPOSIÇÃO N. 57-70, voto apósto ao projeto de Lei n. 276-69. Relatório do dep. Ivo Tomazoni concluindo que o voto está em condições de ser apreciado pelo plenário. Aprovado. Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais, para constar, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será por mim assinada bem como pelo senhor Presidente.

aa) Emilio Carazzai — Presidente
Maria Amélia de Oliveira — Secretária

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA 4ª. SESSÃO LEGISLATIVA DA 6ª. LEGISLATURA

Aos oito dias do mês de junho de mil novecentos e setenta, na sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Instrução Pública, logo após a sessão plenária e com a presença dos Senhores Deputados: Igo Iwant Losso, Seme Scaff e Fabiano Braga Cortes. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, sendo aprovada a Ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se a Ordem do Dia, onde foi relatado o seguinte Projeto de Lei n. 58-70, de autoria do Deputado Erondy Silvério, autorizando o Poder Executivo a criar uma Inspeção Regional de Ensino, com sede na Cidade de Cambaú, com Jurisdição correspondente ao Território de seu Município. Relator Deputado Seme Scaff, parecer pela aprovação. Aprovado. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual eu Loris Cordeiro de Barros, secretário, lavrei a presente Ata que lida e achada conforme é por mim e pelo senhor Presidente assinada para que produza os efeitos de Lei.

aa) Igo Iwant Losso — Presidente
Loris Cordeiro de Barros — Secretário

4.ª Sessão Legislativa da 6.ª Legislatura Ata da 66.ª Sessão Ordinária Realizada em 9 de Junho de 1970

Presidência do sr. deputado Francisco Escorsin, secretariada pelos srs. Abraão Miguel e Nelson Buffara.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes srs. deputados: Francisco Escorsin, Arthur de Souza, David Federmann, Gabriel Manoel, Ivo Belich, Leopoldo Jacomet, Agnaldo Pereira Lima, Alencar Furtado, Amadeu Puppi, Antônio Lopes Júnior, Abraão Miguel, Arnaldo Busato, Emilio Carazzai, Erondy Silvério, Eurico Rosas, Fabiano Braga Cortes, Igo Losso, Ivo Tomazoni, João Mansur, Jorge Sato, Luiz Cruz, Luiz Malucelli, Nelson Buffara, Olavo Ferreira, Olivir Gabardo, Ovidio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Pinto Dias, Seme Scaff, Silvio Barros e Wilson Fortes (32), achando-se ausentes os seguintes srs. deputados: Haroldo Bianchi, Armando Queiroz, Fuad Nacif, Roberto Galvani, Roberto Wypych e Túlio Vargas (6).

Verificada a existência de número legal, o sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETARIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETARIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

— De autoria do sr. deputado João Mansur, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n. 48-70.

— De autoria do sr. deputado Seme Scaff, solicitando Regime de Urgência para os Projetos de Lei ns. 13-70 e 68-70.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após, ouvido o Plenário:

Seja inserido em Ata, um voto de louvor ao sr. Djalma Santos e ao jornal "O Estado do Paraná", pelos artigos que aquele atleta vem escrevendo, no referido periódico, comentando os jogos da disputa da IX Copa do Mundo de Futebol.

Sala das Sessões, em 9 de junho de 1.970.

(a) Gabriel Manoel

JUSTIFICATIVA:

Há que se parabenizar com a editora "O Estado do Paraná", pela felicidade da escolha de Djalma Santos, como comentarista, no jornal "O Estado do Paraná", da IX Copa do Mundo, uma vez que ninguém, no Paraná e talvez no Brasil, mais credenciado que o destacado atleta — que traz como bagagem os títulos de bi-campeão mundial de futebol (58 e 62), além de campeão Pan-americano, Sul-americano, brasileiro (pela seleção do Estado de São Paulo e Sociedade Esportiva Palmeiras) e paulista —, para analisar e julgar as partidas e, principalmente, o comportamento dos jogadores brasileiros que lutam no México, em busca da posse definitiva, para o Brasil, da Copa "Jules Rimet".

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, Requer à Mesa, após ouvido o Plenário, seja consignado no Anais da Casa, um voto de profundo pesar, pelo infasto passamento do sr. Antônio Secco, funcionário zeloso da Prefeitura Municipal de Chopinzinho, ocorrido dia 6 do fluente ano. Chefe de família exemplar, tombou quando do cumprimento de seu dever funcional. Gozava de largo prestígio e respeito da População do distrito de São Luiz, onde residia, assim como da comunidade de Chopinzinho.

Solicito, outrossim, seja dado conhecimento da decisão proferida por esta Casa, à família enlutada, ao exmo. sr. Prefeito Municipal de Chopinzinho e à Câmara de Vereadores.

Sala das Sessões, 9 de junho de 1.970.

(aa) Arnaldo Busato

Requerimento

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, Requerem, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ao excelentíssimo senhor deputado federal Rondon Pacheco, digníssimo Presidente da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), moção de apoio, hipotecando solidariedade aos nomes indicados na lista entregue pelo senhor deputado Haroldo Leon Peres ao senhor Presidente da República, para candidatos a Vice-Governador do Estado.

Sala das Sessões em 9 de junho de 1970.

(Seguem-se várias assinaturas ilegíveis)

PROJETOS DE LEI:

Projeto de Lei n. 113-70

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — É declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos de Excepcionais de Sertãoópolis.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 9 de junho de 1970.

(a) Gabriel Manoel

JUSTIFICATIVA:

A referida Associação é considerada de Utilidade Pública Municipal pela Lei n. 177-67 e se encontra devidamente registrada no Conselho Nacional de Serviço Social desde 4-12-68. (Processo n. 237.010/68-NCSS-MEC). Nada mais resta a acrescentar sobre o fato de já ser a referida Associação reconhecida como de Utilidade Pública pela "Municipalidade de Sertãoópolis", pois, ninguém mais credenciado para julgar o interesse público pela existência e funcionamento da referida Associação, do que a Câmara Municipal e a Prefeitura de Sertãoópolis, autoridades que, face a serviços que presta a Associação de Pais e Amigos de Excepcionais de Sertãoópolis presta ao povo daquela comunidade, houveram por bem conceder aquele benefício em nível municipal, pretendendo o presente Projeto elevá-la ao nível estadual.

Projeto de Lei n. 114-70

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — A assistência médico-hospitalar ao funcionário público e seus dependentes, nos termos do disposto pelo art. 74, inciso II, da Constituição do Estado do Paraná, será prestada por intermédio do Instituto de Previdência do Estado, observando-se, no que couber, os regulamentos específicos já em vigor.

Art. 2.º — Ao Governo do Estado caberá fornecer os recursos complementares para pagamento das despesas que decorrerem da aplicação do novo regime assistencial, ressarcindo o IPE, pelo sistema de restituição trimestral, das importâncias que forem efetivamente despendidas.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 9 de junho de 1970

(a) João Mansur

JUSTIFICACÃO:

O disposto pelo art. 74, inciso II, da Constituição Estadual, representa, sem dúvida nenhuma, uma grande conquista da laboriosa classe dos Servidores Públicos do Paraná, no terreno assistencial.

Para torná-la efetiva, no entanto, necessitaria-se fazer a regulamentação do dispositivo constitucional.

E o que objetiva o presente plano de Lei através do qual se procura uma solução prática e racional do problema, com o aproveitamento da estrutura assistencial já existente, sem descuidar dos aspectos que envolvem a aplicação do novo regime de atendimento médico e hospitalar, ao funcionário e seus dependentes.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente. Com a palavra o nobre deputado Olivir Gabardo, inscrito.

O SR. OLIVIR GABARDO — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Aproximadamente há 10 dias trouxemos ao conhecimento desta Casa um fato ocorrido na Secretaria de Educação relativo ao concurso de provimento de cargos do Ensino Primário, concurso, este realizado no início do corrente ano, na Secretaria de Educação. Dissemos desta tribuna que teria ocorrido uma grande injustiça num grupo numeroso de professoras formadas pelo Instituto de Educação deste Estado. Injustiça esta decorrente de uma falha da própria Comissão do Concurso, que deixou de computar os pontos a que tinham direito as professoras do Instituto, resultando na classificação daquelas meritas professoras nos últimos lugares daquele concurso. Quando apresentamos o requerimento, que nada mais pedia que a reparação de uma injustiça flagrante cometida contra aquelas professoras, comprometendo inclusive o Estado, porque aquelas ilustres professoras pertenciam ao mais modelar estabelecimento de Ensino Primário mantido pelo próprio Estado, resultando na má recomendação inclusive para aquele estabelecimento de ensino. Várias gestões, foram feitas pelos próprios interessados, junto à Secretaria de Educação e continua estas gestões.

Quando apresentamos aquele requerimento, tínhamos quase certeza de que esta Casa também desejaria, como deseja, tenho a impressão, ver reparadas aquelas injustiças contra as professoras do Instituto de Educação. Ocorre que estou sendo informado de que as professoras classificadas no concurso já estão sendo chamadas para escolherem as suas vagas. No entanto, ficou muito mal posta esta Casa, na opinião tanto daquele estabelecimento de ensino, quanto das próprias professoras injustiçadas que não tiveram nem o prazer nem a satisfação de ver pelo menos aquele requerimento denunciando este fato ao sr. Secretário de Educação. Mas aguardávamos, porque, quando ocupávamos a tribuna, o próprio líder do Governo anunciou que uma informação seria dada a esta Casa e aguardávamos esta informação que até o presente momento não chegou ao conhecimento do Plenário. Mas ainda é tempo de reparar esta injustiça. Quero crer que esta Casa não dará guarida a injustiças. Tenho a impressão de que também o sr. Secretário de Educação não permitirá que seja desprestigiado inclusive o próprio Instituto de Educação, pelo resultado dado naquela Comissão do concurso e, assim, queremos uma vez mais ainda formular o nosso apelo para que a liderança do Governo nesta Casa cumpra com a afirmativa que fez no Plenário de trazer os esclarecimentos pleiteados, para que esta injustiça seja reparada e acreditamos que será reparada, basta que o sr. Secretário de Educação mande fazer um novo levantamento, determinando que se completem os pontos que aquelas professoras do Instituto de Educação obtiveram durante o estágio que fizeram e realizaram o concurso de provas escritas, porque haviam realizado o estágio, portanto, têm o direito e se o Estado não fizer, se a Secretaria de Educação não quiser contar estes pontos, tem estas professoras o direito de postular na Justiça para que esta injustiça seja reparada. Aguardamos ainda que a palavra do Governo seja trazida a esta Casa, conforme o pronunciamento do próprio líder da bancada aqui em Plenário.

Era só, sr. Presidente. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — Está livre a palavra no Pequeno Expediente.

O SR. ANTONIO LOPES JUNIOR — Peço a palavra, sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao sr. deputado Antonio Lopes Júnior.

O SR. ANTONIO LOPES JUNIOR — Sr. Presidente, srs. Deputados. Efetivamente deveríamos, na sexta-feira última, debater com S. Exa. o sr. Secretário de Educação e Cultura, o problema que acaba de ser ventilado por S. Exa. o sr. deputado Olivir Gabardo. Entretanto, é do conhecimento geral o infeliz acontecimento em que o sr. Secretário de Educação e Cultura perdeu tragicamente um seu irmão. Justamente, naquele dia, não podíamos ir lá debater assunto desta natureza. Pelo mesmo motivo, não podíamos, já na segunda-feira estar lá, para tratar desse assunto.

Entretanto, sr. deputado Olivir Gabardo, amanhã estarei na Secretaria de Educação e Cultura para debater com S. Exa. esse problema importante e trarei então a informação oficial da Secretaria de Educação.

Era só sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra, no Grande Expediente, ao nobre deputado Alencar Furtado.

O SR. ALENCAR FURTADO — Sr. Presidente, srs. Deputados.

O nobre deputado Antonio Lopes Júnior, há poucos instantes se comprometer em trazer oficialmente à Casa, resposta à indagação formulada pelo nobre deputado líder da bancada, Olivir Gabardo. Se não pesasse tanto sobre os ombros do nobre deputado, que responde ao que lhe vou dizer, ou solicitar, aditaria ao pedido formulado pelo deputado Olivir Gabardo, mais o seguinte: V. Exa. poderia trazer também notícias se o artigo 64 da Constituição será cumprido pela Secretaria de Educação do Paraná? E nisto vai toda a luta já travada há meses pelas professoras e daqui recebendo elas e a solidariedades e acredito que da Casa insira, porém até agora sem objetividade a sua luta, porquanto o Governo ainda não se pos concretamente a atender pelo menos ao nosso conhecimento. Daí então, pedimos, nesse encontro que V. Exa. vai manter com o exmo. sr. Secretário de Educação, que pudesse trazer algumas notícias positivas sobre isto, haveria gráudio para o magistério paranaense e acredito que até para V. Exa. mesma.

Mrs. meu caro vice-líder da ARENA, deputado Antonio Lopes Júnior,

quando se pede como estamos pedindo, é porque V. Exa. arcando como está arcando com a grande responsabilidade de todo vice-líder do Governo, hoje na liderança eventual do Governo nesta Casa, porque também necessitamos levar aos interessados mais chegados a nós, alguma notícia alentadora de reclamos justos.

Se não incomodo V. Exa., e não me parece que me tenha por abusivo em tanto pedir, mas se não incomodo a V. Exa. mesmo que incomode muito ao secretário, eu solicitaria que fosse V. Exa. o advogado junto ao Secretário de Educação e Cultura do Paraná, no sentido de que efetuasse com urgência o pagamento das professoras contratadas, porque está havendo ônus pesado demais para elas e como o contrato é lei entre as partes e o Estado contratante o não pagamento da prestação devida pelo trabalho prestado pelos professores será até uma posição irrisória para o Estado e haverá até ironia no não pagamento, pela insignificância mesmo do pagamento, além da obrigação contraiada no contrato. Desde já antecipo a V. Exa. os nossos agradecimentos.

Mas de tanto falarmos neste assunto reiteradas vezes, a impressão é de que até poderíamos conseguir a boa vontade de nossos pares, mas tendo a obrigação, em consciência, de fugir ao assunto, de renovar lá até que a grande classe dos servidores públicos do Paraná seja atendida. O Governo do Estado comete ou está cometendo uma injustiça clamorosa não enviando à Casa, até esta data, Mensagem de aumento aos servidores públicos do Paraná. Não se concebe que estejamos já no meio do ano de 1970, no mês de junho de 70 e até as esperanças estejam a feneceer no meio do funcionalismo público já sem alento pela crise que passam, pelo pouco que ganham e pelo muito de custo de vida que todos os dias sobe; já desencantados de promessas feitas, inclusive desta tribuna, por alguns responsáveis pelo Governo, nesta Casa.

Mas hoje a imprensa do Paraná, principalmente o "Diário do Paraná", escancara a manchete para dizer que nada existe em favor de aumento do servidor público, nem junto à Secretaria do Governo, nem junto à Comissão de trabalho constituída, nem junto a quem quer que seja.

Se hoje o orfão da responsabilidade do Governo não cuida de aumentar o servidor, parece estar contestando o que a liderança do Governo disse nesta Casa há poucos dias, quando afirmou que até julho próximo seria remetida a mensagem de aumento ao servidor público paranaense.

O sr. Olavo Ferreira — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

E com prazer, nobre Deputado, que ouvimos V. Exa. e as mensagens que traz a esta Casa, que são sempre oportunas. Espero que, hoje, o aparte que vou dar a V. Exa., tenha absoluta certeza de que o galo esteja cantando no meu terreno. V. Exa. abordou dois assuntos importantíssimos, um deles, a regulamentação do artigo 64, que já deveria ter sido anunciada.

Entretanto, soube, ontem, por fonte não oficiosa, porque também não mantenho ligações com o governo, de que o DESP está ultimando os estudos, a fim de que possa o sr. Governador regulamentar o artigo 64. Espero que seja breve.

Quanto ao aumento ao funcionalismo, faz bem V. Exa. em vir novamente à tribuna, assim como tantos outros Deputados, a fim de que o sr. Governador, que nos parece tão sensível, envie uma Mensagem de aumento ao funcionalismo, que de imediato e urgentemente, necessite desse aumento.

Nesse setor V. Exa. tem absoluta razão e também os jornais, porque nos parece, nem em cima dos joelhos existe qualquer estudo a respeito do aumento. Portanto, nobre Deputado, V. Exa. pode continuar, porque nós também voltaremos quantas vezes for necessário, porque conhecemos o problema e sabemos das necessidades do funcionalismo. A Mensagem deve vir com urgência, para aliviar, pelo menos em parte, o sofrimento e angústias dos funcionários.

O SR. ALENCAR FURTADO — É sempre envaidecido que recebo os apêndices de V. Exa. Quanto ao estudo deveria estar sendo feito pelo DESP, acerca da regulamentação do artigo 64 da Constituição do Estado, parece, sr. Deputado, que como V. Exa. eu também fui informado, mas não em caráter oficioso e como o Vice-Líder do Governo se propôs desta tribuna, há poucos instantes, a entrar em contato com o sr. Secretário de Educação, para tratar de assunto levantado pelo deputado Olivir Gabardo, é que me valli dos préstimos de S. Exa., para que ele fosse o portador de nossa inquietação, de nossa indagação, para que oficialmente possamos a quantas anda esse estudo sobre o artigo 64.

Quanto ao problema do servidor público, V. Exa. está de córdio comigo. Mas só queria dizer desta tribuna, que o "Diário do Paraná" contestou, na edição de hoje, a afirmativa da Liderança do Governo nesta Casa, de que os estudos sobre o aumento dos servidores públicos estavam sendo feitos pelo governo e para esta Casa seriam remetidos presumivelmente em julho. Diz aquele matutino da imprensa desta Capital, que não existe trabalho algum neste sentido, nem junto à Secretaria do Governo, nem junto à Comissão encarregada do estudo sobre a paridade do funcionalismo.

Destarte, esta contestação, acreditamos, seria, mas como também acreditamos e levamos muito a sério a palavra de nossos Pares nesta Casa, principalmente de quem representa o Governo nesta Casa, é que não poderíamos jamais fazer uma acusação sem ser a descoberto, para que se esclareça esta matéria de interesse ao Paraná, ao funcionalismo público, para que a palavra da liderança do Governo seja franca, sempre com aquela fé pública que temos nela, não admitindo que qualquer órgão de imprensa, falada, escrita ou televisada, a possa contestar. E se a liderança do Governo, hoje, não descolher a contestação e reafirmar o que disse ontem, parecer-nos-ia grave o episódio porque o funcionalismo ficaria entregue a quem? A ninguém, pois o Governo diz que está fazendo alguma coisa e não está fazendo nada; faz uma afirmativa gravíssima e comprometedora do liame da moral administrativa.

Srs. Deputados, se o Governo está se omitindo, conforme denúncia do "Diário do Paraná", não se concebe que o Poder Legislativo do Paraná também se omita no que tange ao aumento também de seus servidores. Não teremos autoridade para criticar o Executivo se também não o fizermos, não dessemos aumento ao funcionalismo da esfera legislativa.

Há necessidade de aumento do servidor público, seja do Legislativo, seja do Executivo, ou do Judiciário. Não é possível o Estado locupletar-se do esforço, do trabalho de quem dá tanto de si e recebe tão pouco.

E neste instante em que criticamos o Governo por ter se omitido da remessa da Mensagem de aumento ao servidor, queremos apelar a Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Paraná para que proceda ao estudo de aumento do servidor desta Casa para termos, nós do Legislativo, autoridade para cobrar ao Executivo a sua omissão no que tange a Mensagem de aumento do servidor público paranaense.

E apenas, mais como argumento, devo dizer à Casa que já devem todos

estar inteirados, de que há cerca de dez ou quinze dias, por Mensagem, o sr. Governador do Estado solicitou aumento de vencimentos dos Secretários de Estado. Os seus vencimentos serão aumentados em 50%. E até seria odioso haver aumento dos srs. Secretários de Estado sem que em contrapartida houvesse antes aumento dos servidores de suas Secretarias. A Mensagem governamental pedindo aumento de 50% para os srs. Secretários de Estado já foi objeto de aprovação da Comissão da Constituição e Justiça desta Casa, devendo entrar em Plenário, para discussão e votação, nas próximas sessões.

Disse que seria um argumento a mais para que o Governo mandasse Mensagem de aumento de vencimentos do servidor público; não precisa ser na base de 50% como o solicitado aos srs. Secretários de Estado, mas numa base de 30% estaria bem razoável, porque de 35% tem sido até agora, a base dos dados fornecidos pela Fundação Getúlio Vargas à taxa de inflação do próprio Governo federal.

Que se desse o aumento de vencimentos dos Secretários, é de Justiça. Mas, de muito mais justiça é que se desse, com urgência, urgentíssima, o aumento dos servidores todos do Estado do Paraná.

Mas, me permitam abordar outro assunto. A Assembleia Legislativa do Paraná está de parabéns. Tão criticados tem sido seus servidores e tão injustificados têm sido nesta crítica por muitos al fora e aqui dentro, talvez. Quem não os conhece não avalia, sequer, seu valor e partem para larpiadas desleais. E eles, servidores, vez por outra, ou quase sempre, estão desmentindo, por atos, as injustiças que têm sofrido.

Esta Casa está de parabéns, dizia eu, porque há poucos dias atrás, três de seus servidores se submeteram a Concurso na Magistratura do Paraná e galgaram, por notas excelentes, ao posto de Juiz de Direito do Estado.

Não poderia deixar passar despercebidamente um fato desta natureza, que realça o valor cultural dos servidores do Legislativo paranaense.

E é por isto, sr. Presidente, srs. Deputados, que endereço à Mesa, para conhecimento do Plenário e sua devida apreciação, o requerimento seguinte: (Lé)

“Senhor Presidente

O Deputado que este subscreve, nos termos regimentais e após ouvido o Plenário, requer a Vossa Excelência, seja consignada na Ata dos trabalhos, votos de congratulações com os servidores deste Poder, srs. Manuel Teodoro Amaral Costa, Tufi Maron Filho e Alceu de Oliveira, que acabam de realizar com brilhantismo, o recente concurso para a Magistratura do Estado, sendo nomeados juizes respectivamente, de Tibagi, Irati, enquanto o terceiro aguarda sua designação.

Outrossim, requer a Vossa Excelência, que da decisão do Plenário, se dê ciência aos cidadãos funcionários.

Sala das Sessões em 09 de junho de 1970”.

Se de um lado ficamos alegres com a performance cultural dos servidores da Casa, de outro, srs. Deputados, o sentimento de saudade já nos envolve com tristeza, porque um dos bandeirantes da advocacia do Norte do Paraná, dr. Emanuel José de Moura, causídico combativo, dedicado e que valorizou a advocacia deste Estado na sua brilhante trajetória profissional, como advogado.

Era advogado dos brilhantes e dos bons, porque sabia servir aos seus clientes; era amigo dedicado e dos excelentes amigos, porque sabia ser leal; era uma das figuras conhecidíssimas no Norte do Paraná, pela sua militância também política, sempre perseguindo altos objetivos, pois altos objetivos foram as metas da sua própria vida.

EMANUEL JOSÉ DE MOURA faleceu há quatro dias atrás, vítima de acidente rodoviário e, com esta saudade e com este sentimento é que subscrevo o presente requerimento, que endereço à Casa.

“Senhor Presidente

O Deputado que este subscreve nos termos regimentais e após ouvido o Plenário, requer a Vossa Excelência, seja consignada na Ata dos trabalhos desta sessão, voto de profundo pesar pelo falecimento do senhor Emanuel José de Moura, advogado dos mais brilhantes dos que possuía o município de Mandaguari e o Norte Novíssimo. Bandeirante da região, o extinto desde que ali chegou, procurou implantar o Império da lei, nobilitando-se, também, pelo seu alto espírito humanístico.

Requer, ainda, que da manifestação do Plenário, se dê ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 9 de julho de 1970.

(a) Alencar Furtado”. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra, para o Grande Expediente, ao sr. deputado Sílvio Barros.

O SR. SÍLVIO BARROS — Senhor Presidente, senhores Deputados.

Devo começar, nesta oportunidade, o dever de proferir, desta tribuna, algumas considerações sobre a gravidade do problema gerado pela ferrugem do café. Cumprirrei concomitantemente o dever de criticar a lentidão das autoridades competentes que estão postergando o combate à hemília, bem como devo cumprir o dever de apoiar os presidentes de nossas Associações Rurais e o presidente da FAEP Federação da Agricultura do Estado do Paraná — Sr. Paulo Patriani que não tem poupado esforços denunciando a tragédia que se abaterá sobre os nossos cafezais, pela falta de ação dos órgãos federais.

Senhores Deputados: — mais abaixo, publicarei as informações que dispõem sobre a hemília, fundamentarei minha crítica baseada na falta de realismo do Governo, com base nos dados oferecidos pelo próprio Ministério da Indústria e Comércio.

Todavia, neste preciso momento, desejo rememorar alguns pronunciamentos, algumas denúncias que fiz desta tribuna que, posteriormente, constituiram-se em fatos consumados, demonstrando o acerto das minhas afirmativas.

Muitas vezes agi temerária e intempestivamente; outras vezes, analisei com frieza problemas sócio-econômicos, apoiado em minha experiência de empresário e de produtor de café que fui no passado.

Os pronunciamentos temerários valeram-me cicatrizes e aplausos. Os pronunciamentos analíticos valeram pela antecipação das idéias e pela fidelidade ao observar, posteriormente, conclusões iguais publicadas pelas autoridades.

Como exemplo dos pronunciamentos primeiros, recordo-me da denúncia que fiz sobre as prisões levadas a efeito em nosso Estado, em 1967, quando se discutia a tese da incommunicabilidade e o livre exercício da profissão pelos advogados, valeu-me este pronunciamento uma homenagem da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Paraná.

Critiquei, ainda, as reuniões do Conselho de Segurança do Governo an-

terior, mostrando que o estudo demasiadamente ligeiro dos processos, produziram conclusões defeituosas, trazendo amarguras para a família política brasileira. Tal crítica valeu-me o respeito dos senhores Deputados. Justificou minha posição, quando os Ministros Militares assumiram o Poder, pretendendo não me omitir para resguardar o direito de fazer oposição, com dignidade.

Pela minha ação parlamentar, a Assembleia do Paraná esteve presente na reforma do sistema educacional, quando pela aprovação de requerimentos de minha autoria, foi proposto ao Ministro da Educação e aos componentes do grupo de trabalho, através de Ofícios desta Casa, em 18.07.1968, 16.07.1968, 04.11.1969, a difusão de conhecimentos gerais através da televisão, a transformação das Faculdades Federais em Fundações, a tradução de livros didáticos para a língua portuguesa, a redução de cursos superiores de 1 ano, a extinção das línguas estrangeiras do currículo do primeiro ciclo do grau médio, soluções hoje preconizadas pelo próprio governo.

Quando da visita dos ilustres Deputados de São Paulo à nossa Assembleia, proferi um discurso analisando o problema da fome, demonstrando que a teoria de Malthus poderia ser contestada pela ação dos governos, propondo ainda ao Congresso que se estudasse lei própria criando uma Reserva de Alimentos, essencial para a segurança da Nação. Vivi grande alegria ao ler a estratégia do grande impulso do ministro Ivo Arzuu, onde constata que o técnico e o administrador é nacionalista no melhor sentido e enriqueci o mesmo problema com a técnica que não posso, porém, evidenciar-se indiscutível sintoma de pontos de vista.

Cabe, ainda, relembrar minha atitude propondo aos políticos, especialmente aos meus correligionários, a tática de debater de pronto, a pretensão de estadistas estrangeiros quando decidem fora dos nossos limites territoriais, soluções para os problemas brasileiros, propôs, objetivamente a ação política que denominei nacionalismo dinâmico da mesma forma seja por coincidência feliz autoridades e líderes brasileiros falaram através da revista “Maneque” do valor das teses nacionalistas.

Senhores Deputados: acredito que os exemplos enunciados, são suficientes para reafirmar a autenticidade de meus propósitos a seriedade que sempre caracterizou minhas críticas ao governo, quando reclama a aceleração das soluções para os problemas sócio-econômicos que afligem a Nação brasileira. Finalizando o introito, voltarei a tratar da hemília com ferrugem do café, melhor dizendo ferrugem de nossa economia, tragicamente ameaçada pela lentidão governamental como disse a princípio.

Inicialmente, devo registrar como primeira afirmativa que em todos os países produtores de café onde se verificou a incidência desta praga, os cafezais foram dizimados na sua totalidade.

Devo dizer ainda, que nas colônias portuguesas de Angola e Moçambique os cafezais foram atacados pela ferrugem e o Governo português, para evitar o desastre total de sua política financeira e econômica criou o maior centro de análises e pesquisas dedicado quase que exclusivamente aos estudos de combate à hemília.

A fórmula adotada por Portugal, cuja estabilidade financeira repousa na produção do café, foi a longa experimentação, buscando um cafeeiro resistente à ferrugem, no que obtiveram êxito parcial, porquanto, a bebida dos cafeeiros portugueses tem menor cotação nos mercados consumidores em função do paladar, ou seja, Portugal produz café de bebida neutra.

A hemília, senhores Deputados, é um fungo e sua proliferação tem como veículo a própria atmosfera, suas células primárias são esporos cujo ciclo de vida atinge cerca de 25 dias, podendo resistir até 40 dias, quando as condições atmosféricas são favoráveis, isto é, vivem mais quando é maior a umidade do ar.

O esporo da ferrugem tem enorme capacidade reprodutiva, note-se que, cada um esporo pode multiplicar-se em 150.000 novas células, daí dizer-se que nas regiões onde existe a doença, os cafezais estão sujeitos à chuva de esporos.

(Lendo): — “Recebemos, no Brasil, a visita do iminente dr. Branganho, do Centro de Pesquisa de Lisboa, que reafirmou a incidência da terrível praga no Brasil, como de fato fora constatada pelos nossos agrônomos. Disse o dr. Branganho, em uma de suas conferências, que a ferrugem em termos de tragédia equivale a uma guerrilha bem articulada composta de homens treinados e orientados por exímios comandantes. Tal afirmativa colhi de um agrônomo renomado do Norte do Estado, produtor de café, conhecedor profundo das peculiaridades da cafeicultura que não esconde sua enorme preocupação.

Colhi ainda, do mesmo agrônomo, a informação de que o combate à ferrugem, preconizada pelos técnicos, é praticamente inexequível, exigindo oito pulverizações ao ano que deverão ser procedidas de baixo para cima, porquanto o fungo se localiza no ventre das folhas.

Sem levar em conta que o sulfato de cobre é um dos mais caros fungicidas e o único indicado para o combate à ferrugem, contando-se somente o preço das pulverizações pode-se avaliar que o custo de produção por saca de café será alterado imprevisivelmente e nem assim o combate é eficaz e a ferrugem continuará progredindo comprometendo toda cafeicultura brasileira.

Daí, concluir-se, senhores Deputados, que é inadmissível a coexistência dos cafezais atacados pelo fungo com os cafezais do Centro Sul ainda isentos da terrível praga.

Daí a exigência dos produtores paranaenses pretendendo a imediata erradicação dos cafezais da faixa de segurança localizada a Sudoeste de Minas Gerais e do Estado do Rio.

Senhores Deputados: O Paraná espera e exige que os planos para o combate à ferrugem saiam das pranchetas e dos gabinetes, o Paraná exige a movimentação de todas as suas forças vivas para que sejam tomadas atitudes visando a proteção de sua principal riqueza constituída pela cafeicultura.

Justifica-se plenamente a aflição dos nossos técnicos, dos nossos agrônomos, do Senhor Presidente da FAEP, porquanto o fundo maligno está evidenciado nos cafezais da Bahia, do Espírito Santo, e Minas Gerais, e é de conhecimento de todos que a terrível praga saltou mais de 400 quilômetros. Atingindo os cafezais mineiros até bem pouco tempo isentos da ferrugem. O próprio Presidente do IBC afirma que a hemília ocupa uma extensão de 1.000 quilômetros de comprimento por 300 quilômetros de largura, prejudicando três Estados produtores.

Expostas as razões, procederei conscientemente minha crítica ao em. sr. Ministro da Indústria e Comércio com base em suas palavras que anuncia, o recorde do nível em volume de nossas exportações, no ano de 1969 que atingiu 2,2 bilhões de dólares, dos quais 12%, isto em 290 milhões de dólares representam a exportação dos produtos manufaturados. Inadvertidamente, o senhor Ministro supervalorizou a exportação dos manufaturados anunciando a nova era industrial, o que definitivamente não pode convencer a quem

quer que seja, porquanto, os 88% restantes são provenientes dos produtos primários e principalmente agrícolas.

É óbvio que a sustentação de nossa economia está ancorada na agricultura, o próprio Ministro ao falar da comercialização do café, informou que exportamos no mês de maio, 1,5 (um milhão e meio) de sacas; somente este resultado traduzido em dólares, ultrapassa todo o esforço e toda a capacidade de nosso incipiente parque industrial.

Se considerarmos que a exportação de café nos últimos dois meses atingiu a 3 milhões e 100 mil sacas e que o Paraná contribuiu com 900 mil sacas deste total, justifica-se uma vez mais a ansiedade dos cafeicultores paranaenses que exigem a mobilização total no combate à ferrugem.

A falsa tranquilidade de S. Exa., o senhor Ministro, os planos ciclôpicos elaborados pelo IGC e pelo Ministério da Agricultura precisam ser combatidos por todos os representantes de classe do Paraná, pelos senhores Vereadores, Prefeitos, Deputados, razão pela qual solicito a aprovação de um requerimento endereçado àquelas autoridades, buscando mostrar a nítida aflição dos paranaenses, buscando a ação imediata pela erradicação validamente preconizada.

Ao final de minhas palavras, cumpre criticar a vigilância adotada pelas autoridades, medida incompetente que não contém a progressão da hêmia e, ao contrário, abre maior campo para a sua propagação.

Certo estou, como deputado do Paraná, que a preocupação básica dos nossos produtores vai além da preservação dos cafezais, enfoca a preservação da nossa economia interna, nossa riqueza vai além do volume das exportações, principalmente quando significa que no mínimo um milhão de paranaenses vive da cafeicultura.

Ouvimos o sr. Ministro falar da renda "per capita" e da circulação de riquezas e sei que a dita circulação de riquezas de nosso País é imperfeita, porquanto os lavradores não percebem mais que 350 dólares ao ano em moeda corrente. Cumpre reivindicar a aceleração das soluções para corrigir esta aviltante injustiça que prejudica nitidamente a expansão do comércio interno.

Este é o sentido de nossa luta, a razão de nossa presença na vida pública, sempre fiel aos meus princípios e dedicando minhas últimas palavras à reclamada justiça social, reafirmando minha condição de homem de empresa, pretendo traduzir com as últimas considerações e com pleno conhecimento de causa, as angústias dos previdenciários e dos lavradores totalmente desassistidos, traduzindo assim, tenho certeza, o pensamento dos produtores do Paraná, dos cafeicultores, que tanto desejam preservar os cafezais como ampliar a capacidade ocupacional dos trabalhos do Brasil.

Tenho certeza de que nossos agricultores e produtores, que além do combate à ferrugem, reivindicam melhor política de crédito para a agricultura e que durante anos a fio protestam contra o confisco cambial, sentem-se orgulhosos porque se constituem como os legítimos e incontestáveis promotores do progresso, se constituem, em última análise, na principal e única alavanca que sustenta a balança de nossos compromissos e são, ao final, os responsáveis pelos nossos recursos externos, geram riqueza efetiva, sustentam a Pátria.

Eravam estas, sr. Presidente, as considerações que me cabiam fazer sobre a praga denominada ferrugem do café. No momento mereciam estas críticas as nossas autoridades, principalmente os Ministros de Indústria e Comércio e da Agricultura, que hoje se colocam num estado de euforia, talvez fundamentados em algum acerto, somente algum acerto da política financeira adotada pelo ministro Delfim Neto.

O sr. Olavo Ferreira — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Nobre Deputado, nós vimos o pronunciamento de V. Exa. fez, que como sempre é sério e que procura alertar, numa crítica construtiva, do perigo que ameaça o Brasil, principalmente São Paulo e os Estados cafeeiros, quanto à praga da "hêmia". É necessário, nobre Deputado, que se faça essa crítica, num trabalho altamente técnico, como o que V. Exa. apresentou.

O SR. SILVIO BARROS — Muito obrigado.

O sr. Olavo Ferreira — ... cuja cópia deveria ser entregue aos srs. Deputados, e enviada ao sr. Presidente da República, ao Ministro da Agricultura e ao Ministro da Indústria e Comércio, ao sr. Secretário de Agricultura do Paraná e a todos aqueles que têm uma parcela de responsabilidade, como nós, diante de uma ameaça que não está muito distante e que está se aproximando e que é necessário, que é urgente que providências sejam tomadas.

Sr. Deputado, fiquei seriamente preocupado com o pronunciamento que o exmo. sr. Presidente da República fez a respeito da seca do Nordeste e há uma expressão de S. Exa., em que ele diz, não sei se é bem essa expressão, mas é mais ou menos esta, que nós desejávamos que nós vissemos essa seca, estavam tentando impedir que o sr. Presidente da República fosse verificar "in loco" essa seca do Nordeste e as providências que ele certamente poderia tomar, que irá tomar de imediato, para que mais de 300 milhões de brasileiros não continuem a sofrer, e essa indústria da miséria não seja mais explorada pelos inimigos do próprio Brasil.

Nobre Deputado, é preciso, eu faço esse parêntese, para que chegando esse trabalho altamente técnico de V. Exa., o sr. Presidente da República também sinta, como sentiu a seca do Nordeste, o que representará para a cafeicultura não mais para os paranaenses, os paulistas, os mineiros ou os espiritosantenses, mas para o Brasil, para a cafeicultura nacional, se essa praga realmente se alastrar por todo o País. Será a completa destruição da cafeicultura que representa mais de 1 bilhão de dólares anuais e que não deve ser deixada de lado somente porque o Brasil tem outros produtos que já conseguem um índice de exportação invejável.

Portanto, nobre Deputado, envie mesmo às autoridades competentes uma cópia do seu trabalho. Eu estarei no lado de V. Exa., com o pouco que conheço desse assunto, colaborando com V. Exa., que é um especialista e entusiasta do assunto, a fim de que toda a Nação seja alertada desse perigo que está ameaçando seriamente a economia brasileira e a cafeicultura, que é a praga da hêmia.

O SR. SILVIO BARROS — Muito obrigado, deputado Olavo Ferreira. O aparte de V. Exa. super valorizou meu pronunciamento. Fico muito honrado com a lembrança de V. Exa., quando admite que as nossas considerações sejam enviadas às autoridades e mesmo distribuídas aos exmos. srs. Deputados, é o que farei, pretendo mimeografar as considerações de buril e retirando — é lógico — a primeira parte, onde procurei situar a minha situação política, procurando mostrar que, através de atitudes anteriores, devo ter conseguido autoridade competente para falar sobre assunto desta natureza.

O sr. Olavo Ferreira — Já que V. Exa., nobre Deputado, pretende publicar esse trabalho que considero excelente, e se a nossa sugestão for válida, V. Exa. poderia apresentá-lo depois nesta Casa, sob forma de requerimento, a fim de que esta Casa o aprovasse e o mesmo fosse enviado às

autoridades, para que tomem conhecimento e recebam como subsídio valioso o trabalho que V. Exa. está apresentando.

O SR. SILVIO BARROS — Acredito, nobre Deputado, que poderemos providenciar um requerimento às autoridades, oferecendo como justificativa as nossas considerações. E talvez desta forma, atenda as sugestões de V. Exa., que muito me honram; acredite, sr. Deputado, me honram sobremaneira.

Porém, sr. Deputado, em suas considerações, V. Exa. falou das nossas exportações de produtos manufaturados. O próprio Ministro disse que elas atingiram 12% e 88% estavam sob a responsabilidade dos produtos primários e, principalmente, dos produtos agrícolas. E desses 88% o café ainda representa 50%. Eu não me conformo, nobre sr. Deputado, com a predisposição existente há longos anos, em nossa Pátria, que, numa medida até impatriótica, pretende diminuir e depreciar o valor da cafeicultura. Isso é inconcebível, porque se exportamos este ano, e acredito que o faremos com uma política agressiva, porém atendendo apenas as solicitações, dada a gama excelente da produção cafeeira de nosso País, que é adicionada aos cafés neutros, para consignar um paladar ao gosto dos consumidores. Serão 17 milhões e 500 mil sacas e teremos chegado a mais de um milhão e 700 mil dólares. Isto representa, na realidade, o sucesso da política econômica-financeira brasileira, e não poderíamos ficar aqui resignados com as atitudes climáticas que produzem geadas. E quando os nossos lavradores choravam, as autoridades tomavam whisky à vontade, porque a geada viria regular a economia brasileira.

Nos temos vivido apaixonadamente este problema, sou homem de empresa, já fui produtor de café, e se não produzo mais é porque acho que os produtores de café são tão desassistidos neste País que vive, única e exclusivamente, sob o regime do império da rubiácea. Não sou nacionalista xenófago, sou daqueles que entende que é válida a abertura a capitais estrangeiros, oferecendo aos produtores brasileiros condições de ampliarem e multiplicarem seus capitais e opinarem nestas avançadas e pronunciadas técnicas industriais.

Todavia a indústria brasileira, por estes próximos trinta anos e isto afirmo seguramente, não conseguirá atingir 50% da validade em dólares do que representa hoje e representará amanhã a produção de café.

O nosso País, sr. Presidente, srs. Deputados, é diferente dos outros. Estas soluções importadas não valem para nós e voltaremos a falar delas oportunamente.

Não precisaremos adotar a solução que Portugal adotou para Angola e Moçambique. Não precisamos adotar as soluções da Costa do Marfim. Podemos separar o Brasil em dois países produtores de café. Erradicando a larga faixa a Sudoeste de Minas Gerais e Estado do Rio; ficando do lado de lá com a probabilidade de produção do café "robusta", que é de paladar neutro; e do lado de cá os cafés arábicos que demandam uma progressão produtiva e naturalmente são os cafés mais procurados do mundo porque se constituem no veículo que condiciona os paladares.

Esta a solução drástica, porém que exigimos não em nome tão somente da economia paranaense, mais sim em nome daquela capacidade ocupacional que os trabalhadores rurais atendem ao atender a cafeicultura e, muito mais, em nome da estabilidade da política econômico-financeira de nossa Pátria que, se vai bem, é unicamente pelo fato das geadas, estejam certos, srs. Deputados.

Não fossem as geadas, o Ministro da Fazenda não seria hoje quase que canonizado. Se está em posição privilegiada deve dar graças aos céus, a Deus e as geadas que prejudicaram a produção cafeeira. Perdemos a agressividade e com isto perderemos mercado, estejam certos.

Salvem ainda que os cafés arábicos são produzidos no Brasil, na América Central e na Colômbia. De forma alguma poderemos deixar que o fungo, hêmia e a ferrugem atinjam os cafezais do Centro Sul, porque a espécie resistente a hêmia e o café "robusta". O café "robusta" é o de paladar neutro, é aquele nada mais, nada menos representa uma água quente e preta, sem gosto algum e que recebe o extrato de café produzido aqui pela nossa "Cacique" para poder ser apreciado no Mundo Ocidental e no mundo Oriental.

Ai está o Vice Presidente desta magnífica empresa que poderá dar o seu testemunho se falo ou não a verdade absoluta em relação ao assunto.

Desejo agradecer, sr. Presidente, srs. Deputados, a preciosa atenção.

O sr. Olavo Ferreira — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). V. Exa. está apressado para sair da tribuna, mas antes que se retire quero dizer duas coisas.

Primeiro, não sou mais Vice Presidente da "Cacique". Fiz questão de me retirar para que não houvesse aqui nesta Casa mais mal entendidos.

Segundo, quero dizer a V. Exa. que é tão importante o café para o Brasil e para as próprias finanças brasileiras que o Governo, não conseguindo exportar o café porque não há, no momento, compradores de café, está enviando para o exterior, o que é um erro, porque sempre os Governos cometem estes erros, naturalmente. Estão enviando café em consignação, mas isso acontece, porque estão fazendo cerca de 80% do dinheiro. Então, o café me parece bastante importante.

O SR. SILVIO BARROS — O que é envergonhar a nossa Pátria que, como menor País produtor tem a responsabilidade de policiar as normas estabelecidas pela Organização Internacional do Café, e nós somos os primeiros a oferecer os negócios especiais, a enviarmos cafés em consignação, quando os nossos estoques não mais correspondem às expectativas de encabe para os próximos anos.

Nobre e ilustre deputado Olavo Ferreira, se não o cumprimento agora como Vice-Presidente da CACIQUE, continuo cumprimentando-o como Vice-Presidente da Empresa que valeu pelo seu espírito empreendedor. Na oportunidade em que aquela Empresa não passava de uma aventura V. Exa. ofereceu valiosa propriedade para a localização daquele Parque Industrial, e o cumprimento porque V. Exa. sabe que, inclusive, a União Soviética deve hoje, na balança internacional, 50 milhões de dólares para o Brasil, quase que totalmente provenientes das exportações de café, da CACIQUE CAFÉ SOLÚVEL DE LONDRINA, assim como deve à Dinamarca 35 milhões de dólares, também em grande parte provenientes das exportações dos cafés solúveis; eu o cumprimento, porque V. Exa. também como outros tantos, e como disse o ministro Ivo Ariza, é um nacionalista no bom sentido. (Sem revisão do orador).

SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 32 srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do sr. deputado João Mansur.

constante do Expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do sr. deputado Gabriel Manoel, constante do Expediente, Necessita de apoio. — **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos a apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos srs. Deputados.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 35-70, Mensagem Governamental n.º 08-70, encaminhando anteprojeto de Lei, que visa fixar percentual relativo à participação dos Municípios, na cobrança da taxa rodoviária única, bem como estabelece normas para as respectivas entregas. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 35-70

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Sobre a parcela de 60% (sessenta por cento), da taxa Rodoviária única, que o artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 999, de 21 de Outubro de 1969 atribui ao Estado, 20% (vinte por cento), calculados sobre essa parcela, serão entregues aos Municípios de acordo com a arrecadação da taxa em seus territórios.

§ 1.º — Os Agentes de Rendas, obedecendo o disposto neste artigo, depositarão a importância devida aos Municípios, na Agência do Banco do Estado do Paraná S.A., de suas sedes, até o dia 5 (cinco) de cada mês subsequente, em conta especial, "Quota Municipal da Taxa Rodoviária Única".

§ 2.º — Nos Municípios onde não existir Agência do Banco do Estado do Paraná S.A., a Quota Municipal da Taxa Rodoviária Única deverá ser entregue diretamente às Prefeituras, mediante recibo em duas vias, assinadas conjuntamente pelos Prefeitos e respectivos Tesoureiros.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em
aa) Ivo Tomazoni — Presidente
Olavo Ferreira — Relator
Agnaldo Pereira Lima

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 31-70, que autoriza o Poder Executivo a declarar de Utilidade Pública a "Sociedade Instrutiva de São Basílio O Grande", com sede nesta Capital. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 31-70

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a declarar de Utilidade Pública, a "Sociedade de São Basílio O Grande", com sede nesta Capital.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 8 de Junho de 1970.
aa) Sílvia Barros — Presidente
Roberto Galvani — Relator

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 40-70, de autoria do dep. Erondy Silvério, que autoriza o Poder Executivo a mandar Erigrir, na Praça Fronteira ao Edifício do Tribunal de Justiça, nesta Capital, o Busto do Desembargador Antônio Franco Ferreira da Costa. — **Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 257-69, de autoria do dep. Gabriel Manoel, que autoriza o Poder Executivo, através da Secretaria de Viação e Obras Públicas, a firmar convênio com o Município de Cambé. — **Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., na forma do Substitutivo Geral. Em discussão o substitutivo geral, em votação o artigo 1.º, Aprovado, em votação o artigo 2.º. — Aprovado, artigo por artigo.**

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 3-70, da Comissão de Constituição e Justiça, aprovando convênio firmado em 18.8.68, entre o Governo do Estado, através do Departamento de Águas e Energia Elétrica e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário, na aplicação de recursos em Obras de Eletrificação Rural. — **Parecer favorável da C.F. — Aprovado.**

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 3-70

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º — Fica aprovado, nos termos do inciso VII, artigo 22, da Constituição Estadual, o Convênio firmado em 18 de Agosto de 1968 entre o Governo do Estado, através do Departamento de Águas e Energia Elétrica e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário — INDA, para aplicação de recursos em obras de Eletrificação Rural, neste Estado.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 13 de Maio de 1970.
aa) Emílio Carazzai — Presidente
Ivo Tomazoni — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER ao Projeto de Resolução n.º 3-70

1 — A Proposição em exame, oriunda de Mensagem Governamental, tem por fim a aplicação de recursos em obras de Eletrificação Rural, no Estado do Paraná, especificamente nos Municípios de Arapoti, Jaguapitã, Antonina e na localidade de Maripá.

2 — Os termos em que vem redigido o Convênio, demonstram, claramente, o interesse público da matéria, razão pela qual, entendemos deve ser a Referida Proposição Aprovada.

3 — Além do mais, trata-se de mero "referendum" nos termos no inciso IX, do art. 47, da Carta Estadual, para o que oferecemos, igualmente, o Projeto de Resolução anexo.

É o Parecer.
Sala das Sessões, em 13 de Maio de 1970.
aa) Emílio Carazzai — Presidente
Ivo Tomazoni — Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER ao Projeto de Resolução n.º 3-70

Visa o presente Projeto de Resolução aprovar o Convênio firmado entre o Governo do Estado do Paraná, através do Departamento de Águas e Ener-

gia Elétrica e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário, na aplicação de recursos em obras de Eletrificação Rural.

No que diz respeito a parte financeira, material de nossa competência para opinar, não há óbice, julgamos a iniciativa oportuna e de grande alcance sócio-econômico.

Assim sendo, somos pela **Aprovação.**

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 21 de Maio de 1970.

aa) Roberto Galvani — Presidente
Roberto Wypych — Relator
Sílvia Barros
Paulo Poli

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do sr. deputado Arnaldo Busato, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do sr. Antônio Secco. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Alencar Furtado, lido da tribuna, solicitando voto de pesar pelo falecimento do sr. Emmanuel José de Manuel Teófilo Amaral Costa, Túfi Maron Filho e Alceu de Oliveira. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Alencar Furtado, lido da tribuna, solicitando voto de pesar pelo falecimento do sr. Emmanuel José de Moura. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Gabriel Manoel, constante do Expediente, solicitando voto de louvor ao sr. Djalmá Santos e ao jornal "O Estado do Paraná". — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado João Mansur, constante do Expediente, solicitando regime de urgência para Projeto de Lei n.º 48-70. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Seme Scaff, constante do Expediente, solicitando regime de urgência para os Projetos de Lei n.ºs 13-70 e 68-70. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria dos srs. Deputados da Bancada Arena, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado ao sr. deputado federal Rondon Pacheco, noção de apoio, hipotecando solidariedade aos nomes indicados na lista entregue pelo sr. deputado Haroldo Leon Peres ao sr. Presidente da República, para candidato a Vice Governança do Estado. — **Aprovado.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 10, quarta-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 3-70;

3.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Leis n.ºs 40-70, 257-69;

2.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.º 3-70 e de Lei n.º 58-70;

1.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.º 4-70 e de Lei n.º 48-70. Levanta-se a sessão.

4.ª Sessão Legislativa da 6.ª Legislatura Ata 67.ª Sessão Extraordinária Realizada em 9 de Junho de 1970

Presidência do sr. deputado Francisco Escorsin, secretariada pelos srs. deputado Paulo Poli e Ivo Tomazoni.

As 15.50 horas, é registrada a presença dos seguintes srs. deputados: Francisco Escorsin, Arthur de Souza, David Federmann, Gabriel Manoel, Olívio Belich, Leopoldo Jacomet, Agnaldo Pereira Lima, Alencar Furtado, Amadeu Puppi, Antônio Lopes Júnior, Abraão Miguel, Arnaldo Busato, Emílio Carazzai, Erondy Silvério, Eurico Rosas, Fabiano Braga Côrtes, Igo Losso, Ivo Tomazoni, João Mansur, Jorge Sato, Luiz Cruz, Luiz Malucelli, Nelson Buffara, Olavo Ferreira, Olívio Gabardo, Ovídio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Pinto Dias, Seme Scaff, Sílvia Barros e Wilson Fortes (32), achando-se ausentes os seguintes srs. deputados: Haroldo Bianchi, Armando Queiroz, Fuad Nacli, Roberto Galvani, Roberto Wypych e Túlio Vargas (6).

Verificada a existência de número legal, o sr. Presidente declara aberta a **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**, destinada à apreciação dos vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência tem a satisfação de anunciar, a presença no Plenário, do sr. Alberto Cadran, DD. sr. Prefeito Municipal de Pato Branco.

Não há Expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA.

com a presença de 32 srs. Deputados.

Em discussão a seguinte Proposição:

Discussão Único — da Proposição n.º 48-70, Veto aposto ao Projeto de Lei n.º 236-66, de autoria do dep. Túlio Vargas, que autoriza o Poder Executivo, transferir ao D.E.R., para efeitos de conservação e melhoria, o trecho de Estrada que liga o Município de Mandaguá a São Jorge. — Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. — Encerrada a discussão. Em votação. — **Rejeitado o projeto, mantido o veto.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária.

Levanta-se a sessão.

ATAS DAS COMISSÕES:

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

6.ª LEGISLATURA — 4.ª SESSÃO LEGISLATIVA

ATA DA 2.ª SESSÃO ORDINÁRIA

Aos nove dias do mês de junho de um mil novecentos e setenta, na sala de reuniões das Comissões Técnicas, sob a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, sob a Presidência do Senhor Deputado Agnaldo Pereira Lima, presentes os Senhores Deputados, Ivo Tomazoni, Fabiano Braga Côrtes e Eurico Rosas. Havendo número legal, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, lida a Ata da Sessão Anterior pelo Senhor

Secretário, foi a mesma aprovada sem restrições. Passando-se de imediato à Ordem do Dia: PROJETO DE LEI N. 23-69, de autoria do Senhor Deputado Silvio Barros, que autoriza o P.E. transferir ao D.E.R., para fins de conservação e melhoria, a estrada que liga os Municípios de Terra Boa e Cianorte. Relator Deputado Eurico Batista Rosas. Parecer Favorável — Aprovado. PROJETO DE LEI N. 43-69, de autoria do Senhor Deputado Gabriel Manoel, que autoriza o P.E. firmar convênio através do D.E.R., com o digo com as Prefeituras Municipais de Nova Fátima e Amoreira. Relator Deputado Eurico Batista Rosas. Parecer Favorável — Aprovado. PROJETO DE LEI N. 208-69, de autoria do Senhor Deputado Ivo Tomazoni, que viza autorizar o P.E. a firmar convênio através da Secretaria de Transportes e a Prefeitura Municipal de Capitão Leonidas Marquer. Relator Deputado Eurico Batista Rosas. Parecer Favorável — Aprovado. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais, para constar, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada será por mim assinada, bem como pelo Senhor Presidente.

aa) AGNALDO PEREIRA LIMA — Presidente

ROBERTO DINIZ SATYRO — Secretário

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

DEPARTAMENTO DE FINANÇAS, CONTABILIDADE E PESSOAL DIVISÃO DE CONTABILIDADE SEÇÃO DE CONTABILIDADE GERAL

"BALANCETE DE VERIFICAÇÃO NO SEGUNDO TRIMESTRE: MES DE MAIO DE 1.970"

ATIVO

1	IMOBILIZADO		
1-4	Móveis	279.738,00	
1-5	Veículos	112.000,00	
1-6	Máquinas	169.907,54	
1-7	Aparelhos	101.765,80	
1-8	Utensílios	4.050,00	
1-9	Instalações	16.970,00	
1-10	Objetos Artísticos	29.349,35	713.780,69
2	DISPONÍVEIS		
2-1	Tesouraria Geral	2.497.938,69	2.497.938,69
4	TRANSITÓRIAS		
4-1	Adiantamentos	1.000,00	1.000,00
7	DESPESAS DE CUSTEIO		
7-1	Pessoal Civil	6.733.149,25	
7-2	Material de Consumo	215.258,00	
7-3	Serviços de Terceiros	158.950,00	
7-4	Encargos Diversos	254.223,00	
1-5	Despesas de Exercícios Anteriores	15.000,00	7.376.580,25

8	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		
8-1	Subvenções Sociais	680.000,00	
8-2	Transf. de Assist. e Prev. Social	671.535,00	
8-3	Contribuições de Previdência Social	6.237,00	
8-4	Diversas Transferências Correntes	2.500,00	1.360.272,00
9	INVESTIMENTOS		
9-1	Obras Públicas	1.425.000,00	
9-2	Equipamentos e Instalações	200.000,00	
9-3	Material Permanente	87.805,00	1.712.805,00
	SOMA DO ATIVO		13.662.376,63

PASSIVO

10	INEXIGÍVEIS		
10-1	Patrimoniais	1.029.119,77	1.029.119,77
11	EXIGÍVEIS		
11-1	Credores Diversos	81.437,51	81.437,51
12	TRANSITÓRIAS		
12-1	Fólia de Pagamento	76.784,16	
12-2	Contas Empenhadas	535.510,62	
12-3	Restituições	178,00	612.472,78
15	DESPESAS DE CUSTEIO		
15-1	Pessoal Civil	7.329.440,68	
15-2	Material de Consumo	366.179,06	
15-3	Serviços de Terceiros	255.715,01	
15-4	Encargos Diversos	463.811,70	
15-5	Despesas de Exercícios Anteriores	15.335,64	8.430.482,09
16	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		
16-1	Subvenções Sociais	744.720,28	
16-2	Transf. de Assist. e Prev. Social	839.003,35	
16-3	Contribuições de Previdência Social	12.473,00	
16-4	Diversas Transferências Correntes	5.000,00	1.601.196,63
17	INVESTIMENTOS		
17-1	Obras Públicas	1.439.095,26	
17-2	Equipamentos e Instalações	317.543,14	
17-3	Material Permanente	151.029,45	1.907.667,85
	SOMA DO PASSIVO		13.662.376,63

Curitiba, 29 de maio de 1.970

VISTO:

Antônio Sebastião de Cunha Gebran

Diretor do D.F.C.P.

Aimoré Od Rocha

Chefe Divisão Contabilidade

José Paulo Orth

Chefe Sec. Contab. Geral